

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**“TROPA DE ELITE 2”**  
**Uma narrativa em torno da política**

**CAIO COSTA BLOIS**

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**“TROPA DE ELITE 2”**  
**Uma narrativa em torno da política**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/ Jornalismo.

**CAIO COSTA BLOIS**

**Orientadora: Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa**

RIO DE JANEIRO

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia “**Tropa de Elite 2**”: **uma narrativa em torno da política**, elaborada por Caio Costa Blois.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Marialva Carlos Barbosa  
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF  
Departamento de Expressão e Linguagens - UFRJ

Prof. Dr. Igor Sacramento  
Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura - UFRJ

Prof. Cristina Rêgo Monteiro da Luz  
Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
Departamento de Expressão e Linguagens – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2017

## FICHA CATALOGRÁFICA

BLOIS, Caio Costa.

“Tropa de Elite 2”: uma narrativa em torno da política. Rio de Janeiro, 2017.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação  
– ECO.

## AGRADEÇO

- Ao meu pai, Sergio, meu espelho e motivador de todas as paixões que me levaram ao caminho do jornalismo, pelo apoio incomensurável em todas as decisões e por todas as oportunidades proporcionadas, principalmente a de ter o melhor amigo do mundo.
- À minha mãe, Maria Giovani, pela força e determinação com a qual venceu todos os obstáculos da vida para fazer de mim e dos meus irmãos pessoas que amem ao próximo como a si mesmo e que enfrentem os problemas com coragem e ternura.
- À minha avó, Maria, por todo o amor e carinho. Sem ela, eu não seria quem sou.
- Aos meus irmãos Alessandro e Thayssa, inspirações neste tortuoso caminho, pelo mais puro sentimento de fraternidade.
- Aos meus amigos, sem exceção. De ELSO, Pente, CEFET e FO; da bola, do samba, do Grajaú e do jornalismo. À Thamires e família, que também têm enorme parcela na minha formação acadêmica. À Gabriella, Bruna, Camilla, Elisa, Gabrielle, Rener, Thauan e Victor, amigos que reconheci na UFRJ e companheiros nesta trajetória marcante.
- Ao Guilherme e à Gabi, do abraço e apoio no momento mais difícil da minha vida às risadas intermináveis.
- À Mariana, minha companheira, presente dos últimos momentos na ECO, pela paciência, atenção, compreensão e amor.
- À Família Durão, time de futsal de Comunicação e Artes da UFRJ, e aos amigos de Sujinho, pela resenha e por caminhar ao meu lado nestes difíceis anos de faculdade.
- À Marialva, que sempre acreditou em mim e me orientou brilhantemente neste trabalho.
- E à classe trabalhadora desse país, que financiou a minha formação em colégios e universidades públicas de qualidade. Espero poder retribuir todo o esforço que me proporcionou estar no sistema de ensino federal durante os últimos 13 anos.

Blois, Caio Costa. **“Tropa de Elite 2”. Uma narrativa em torno da política. Rio de Janeiro, 2017.** Orientadora: Marialva Carlos Barbosa. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## **RESUMO**

Este trabalho procura analisar, de maneira crítica, a partir de uma contextualização da realidade social, como o filme Tropa de Elite 2, de 2010, aborda a política do estado do Rio de Janeiro. A obra, a segunda da série, visa a transmitir ao espectador uma mensagem nem tão bem entendida na primeira película, de 2007. Baseado em histórias reais, o filme abriu debates sobre os rumos da segurança pública e a criminalização da pobreza, desta vez, tendo como pano de fundo homens da administração pública fluminense, e não só policiais militares. O trabalho também mostra como o eleitor carioca reagiu ao filme, tendo como central uma representação que revela a dicotomia entre os valores morais e éticos em personagens que representam a esquerda e a direita, bem como aborda o caos da segurança como resultado de uma política falha e corrupta

## **SUMÁRIO**

### **1. Introdução**

### **2. Tropa de Elite 2: os subjugados onde o Estado não chega**

#### **2.1. A formação das favelas: o início do abismo social**

#### **2.2. Paz, justiça e liberdade: De ladrões de galinhas a traficantes de drogas**

#### **2.3. Do mal-entendido à exposição de políticos corruptos**

### **3. A Política em cena**

#### **3.1. Os personagens políticos: lobo em pele de cordeiro**

#### **3.2. O caminho narrativo em torno dos personagens**

##### **3.2.1. O agora Coronel Nascimento**

##### **3.2.2. Deputado Diogo Fraga**

##### **3.2.3. Os milicianos na política**

### **4. Do filme às urnas: um estado polarizado**

#### **4.1. A negação do Estado e o “brizolismo” sem bons herdeiros**

#### **4.2. “Vai ser desse jeito!”: da CPI das Milícias ao segundo turno**

#### **4.3. O recrudescimento do conservadorismo no Rio de Janeiro**

### **5. Considerações Finais**

### **6. Referências Bibliográficas**

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho não se restringe a analisar a abordagem do filme na mídia ou no processo de construção da obra fílmica. A monografia pretende mostrar os atores políticos e os motivos para a manutenção da exploração do negócio que é a segurança pública, desde seus antecedentes à sua aparição, no contexto da sociedade do Rio de Janeiro. A reelaboração da mensagem concebida originalmente pelo autor é o início de como "Tropa de Elite 2" interferiu (e ainda interfere) na política da cidade, desde a construção de novos personagens e da ressignificação de antigos membros da vida pública fluminense e as mudanças verificadas nas urnas nas eleições subsequentes. A intenção é desenvolver uma análise crítica de como a política é retratada, fundamentando-se da cena para fora dela.

Na primeira parte, procurou-se contextualizar a realidade das parcelas menos abastadas da sociedade antes do lançamento dos filmes da série "Tropa de Elite": desde decisões políticas na República Oligárquica que interferiram na vida e no desenvolvimento social da explorada classe trabalhadora, passando pela influência da ditadura militar no surgimento do crime organizado, chegando a guerra entre facções, que, somada à crise do Estado, abriram espaço para o surgimento das milícias, braços armados de políticos corruptos em busca do enriquecimento ilícito.

Além disso, busca-se também evidenciar o porquê de um segundo filme, não pensado originalmente pelo diretor José Padilha, nem pelos autores do livro "A Elite da Tropa", de onde se adaptou a história para o cinema. O lançamento de "Tropa de Elite 2", em 2010, encontra explicação no primeiro filme. A publicação, uma crônica das histórias vividas por um capitão reformado do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (BOPE), objetivava mostrar ao público o treinamento e a dura realidade policial na cidade em meio à guerra contra o tráfico.

Apesar de tentar abordar sua própria realidade - Rodrigo Pimentel, um dos autores do livro e hoje comentarista de segurança pública da Rede Globo de Televisão, foi uma das inspirações para a criação do personagem Capitão Nascimento, vivido por Wagner Moura no cinema - como policial da elite da tropa da Polícia Militar, o filme despertou no público uma interpretação não prevista por José Padilha, diretor da obra cinematográfica, e pelos autores do livro. Em vez de anti-herói, o "fascista" Nascimento foi alçado ao papel de super-herói pelos espectadores.

O filme acabou criando uma verdadeira onda de conservadorismo, fato que não era o objetivo, como tampouco a opinião-base da película, como confirmou Pimentel ao



jornal *Folha de S. Paulo*<sup>1</sup>, em 22 de outubro de 2007: "Quando eles assistirem a esse filme de novo, daqui a 20 anos, eles vão entender que o Nascimento não é herói. Um herói não executa e não tortura", declarou.

Por isso, Padilha resolveu mudar o enfoque no segundo filme da série. Ficam as metralhadoras, fuzis e batalhões. Mas entram também em cena a alta cúpula da Polícia Militar, palanques políticos e o gabinete do governador do estado do Rio de Janeiro. Antes Capitão e agora Coronel, Roberto Nascimento aparece como pai e homem civil, com suas idiossincrasias, antes detalhes, agora evidenciadas a partir de um erro que traz consequências políticas.

Um disparo “fora de hora” e o BOPE abre espaço para políticos de esquerda colocarem o dedo em sua ferida. Em meio à rebelião de Bangu 1, em 2002, a população assiste atônita ao massacre de presos pela elite da Polícia Militar. Nascimento deixa o comando do Batalhão. Passa a trabalhar como subsecretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, cargo no qual, primeiro, crê na possibilidade de modificar o sistema. No começo, ele se aproveita da sede de sangue da sociedade e do poderio financeiro do sistema para bater forte no tráfico de drogas, que acredita ser seu grande inimigo.

Em pouco tempo, entretanto, ele descobre que, como diz o título do filme, seu inimigo, agora, é outro. Ao ser confrontado com decisões que não caminham lado a lado com o setor de inteligência do estado, o ex-comandante do BOPE percebe que está cercado de lobos escondidos em pele de cordeiros. Políticos que controlam secretarias fundamentais para a sociedade, assim como cargos no legislativo e executivo, se aproveitam imensamente do esquema que Nascimento supunha aumentar o poder apenas de caciques da Polícia Militar.

Começa, a partir daí, uma caça aos verdadeiros culpados pelo caos na segurança pública do Rio de Janeiro. Do surgimento ao fortalecimento, as milícias, mecanismos articulados da política com a polícia para o enriquecimento ilícito em áreas onde o Estado não se faz presente, são um mal muito pior e mais difícil de ser combatido do que o tráfico de drogas, a quem se destinavam todos os esforços financeiros e bélicos da secretaria em que Nascimento agora era um membro.

No filme, o primeiro a perceber a nova articulação do crime organizado é também um algoz de Nascimento, o marido de sua ex-mulher, Diogo Fraga. Militante de direitos

---

<sup>1</sup> Rodrigo Pimentel. Entrevista. Folha de São Paulo. 22/10/2007. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/folhatee/fm2210200705.htm> Acesso em 06/10/2016

humanos e professor universitário, ele é um ator importante na desmistificação do BOPE na ficção. Ao se posicionar do mesmo lado que Fraga, o personagem passa a ver que a milícia era o principal problema do Rio de Janeiro.

Depois disso, *Tropa de Elite 2* desenvolve uma análise da dicotomia dos valores morais e éticos da sociedade, divididos entre a direita e a esquerda do espectro político. Se para uns a milícia é benéfica por afastar o mal dos indivíduos, para outros, é o principal mecanismo de coerção em locais onde as classes menos abastadas já sofriam do mesmo mal por mãos diferentes. Saem os traficantes, entram os policiais, ex-policiais, políticos e outros, aglomerando o poder e fazendo justiça com as próprias mãos.

Após o filme, a análise parte da ficção à realidade. O “brizolismo” se vê sem herdeiros no Rio de Janeiro, processo aliado à péssimas gestões no executivo. A administração pública é, então, alvo de mais uma divisão entre polos distintos.

De um lado, o conservadorismo se fortalecendo novamente, a partir do recrudescimento de um sentimento fascista, normatizado na sociedade na maioria dos governos que se sucederam em todas as esferas políticas. A vertente, já reproduzida desde o primeiro longa da série, fecha os olhos ao que não quer ver, enquanto cresce de maneira abrupta após o discurso conservador ser usurpado por integrantes da velha política dos coronéis, onde o poder é conquistado e mantido pelo medo, tendo a família Bolsonaro como principal representante desse viés de dominação.

Do outro, uma forma nova de ver e entender a sociedade, culpabilizada por erros inerentes ao sistema e herdados desde uma colonização exploratória até o desenvolvimento incipiente da democracia no país. Personificado no novo herói criado por José Padilha para os cinemas, baseado no político carioca Marcelo Freixo, o “novo jeito” de fazer política no Rio de Janeiro cresceu exponencialmente, galgando degraus cada vez mais altos na administração pública até a chegada a um improvável segundo turno, também se aproveitando do vácuo de péssimas gestões públicas.

É um pouco desse eixo interpretativo e reflexivo que esta monografia propõe. Não temos a pretensão de discorrer teoricamente sobre o tema. Propomo-nos a fazer uma crônica crítica do cotidiano, envolvendo a produção fílmica como uma espécie de pretexto para abordar temas que nos afetam cotidianamente. O filme, de certa forma, funciona como pretexto para uma reflexão crítica sobre o momento em que vivemos e sobre as mazelas do nosso cotidiano.

Para dar organicidade ao trabalho, o dividimos em três capítulos. No primeiro capítulo, abordaremos os “antepassados” que geraram a narrativa do filme, desde a

formação social do Rio de Janeiro, seu processo de favelização – já acelerado pelas classes dirigentes, que desde a República Oligárquica fomentam a desigualdade social – e o início de uma ótica de “criminalização” dos moradores de comunidades, em seu começo, baseado no puro e simples preconceito social. Além disso, esta monografia visa mostrar a transição do banditismo para o narcotráfico, a partir de processos que nascem por erros nas políticas do Estado e dentro do sistema prisional. Estes erros são o mote para a ideia central de “Tropa de Elite 2”: mostrar o caos da Segurança Pública como resultado de iniciativas estatais falhas em diversas esferas.

No segundo capítulo, o trabalho começa a desenvolver o enredo do filme e suas ligações com a política. Para isso, o diretor José Padilha escolheu a narrativa das milícias, o verdadeiro “crime organizado”, identificando o real inimigo no que tange à segurança pública: o “comando azul”, ou seja, os agentes públicos que cruzam a linha tênue entre a corrupção interna e o controle territorial externo, a partir de um discurso de legitimação, que leva à obtenção de lucros por meio da coerção e da apropriação de todo tipo de comércio nas áreas onde o Estado não se faz presente, tomando seu papel de maneira privatizada. Explicamos esses processos a partir dos caminhos narrativos dos principais personagens do filme: o agora Coronel Nascimento, o deputado Diogo Fraga e os milicianos, elos de ligação do projeto que mistura o poder territorial com o poder eleitoral.

Evidenciados estes aspectos, a monografia passa ao “pós-filme”: a reação do público traduzida nas urnas e os processos sociais e políticos desencadeados por “Tropa de Elite 2”, que fez do Rio de Janeiro uma cidade ainda mais polarizada nestes pontos. Aqui, destaca-se a negação do Estado, em um revisionismo histórico que remete aos governos, com um recorte que se inicia no fim da ditadura militar. Há a abordagem do crescimento do personagem Marcelo Freixo – político que inspirou Fraga – como grande esperança da esquerda fluminense, bem como o recrudescimento de um sentimento conservador arraigado na sociedade desde a sua formação.

Em um contexto de uma sociedade totalmente desiludida com seus representantes na administração pública, “Tropa de Elite 2”, que se diz uma obra de ficção, aborda a realidade nua e crua que podemos acompanhar após o filme: uma relação espúria e cada vez mais íntima da política com o crime organizado. Não por acaso, os principais líderes políticos do Rio de Janeiro nos últimos 20 anos estão na prisão.

## **2. TROPA DE ELITE 2: Os subjugados onde o Estado não chega**

O aparecimento e fortalecimento das milícias no Rio de Janeiro desatam alguns nós das políticas de segurança pública do estado ao longo dos anos. Se o surgimento dos grupos remete às décadas de 60 e 70, sua ascensão é mais acentuada no início do século XXI, quando a violência atinge níveis exponencialmente mais altos e as favelas viram praças de disputa entre forças do Estado e facções criminosas.

É sobre essa realidade que o filme “Tropa de Elite 2” se debruça para mostrar o que há de mais espúrio nas relações entre política e crime organizado na capital fluminense. Para analisar como a política é retratada no filme, é necessário contextualizar brevemente a história da formação das favelas, das facções e da guerra ao tráfico de drogas antes de sua produção e lançamento. Apesar de o fenômeno ter sido semelhante em todo o país, o nosso recorte se limita ao Rio de Janeiro, local onde se ambienta a história. Assolados pela violência urbana, os cariocas se sentiam acuados dentro de sua própria cidade, que, diante de governos tão corruptos, não conseguia dar uma resposta ao povo e afundava nos índices criminais.

Com um Estado omissivo, a polícia já notoriamente corrupta e muitas vezes parceira do crime organizado, a sociedade se sentia impotente. Dentro disso, uma classe trabalhadora subjugada e relegada a condições de existência e exploração desde a formação social da cidade, que foi de Distrito Federal à capital do estado, sempre sem o olhar do Estado às suas mazelas.

O contexto das favelas na exibição de Tropa de Elite 2 era, então, baseado em quatro pilares fundamentais: uma cidade que renega historicamente os mais pobres, considerados sempre o problema da sociedade; um sistema prisional que criou monstros aparentemente indestrutíveis fora das grades; um investimento bélico estatal desenfreado na luta contra o tráfico de drogas e, como consequência, a classe política se favorecendo do poder pela coerção.

### **2.1. A formação das favelas: o início do abismo social**

Assim como quase todas as grandes metrópoles do mundo, o Rio de Janeiro também teve um processo de favelização diretamente ligado à industrialização. A diferença que torna o caso carioca único é que, apesar de ser a então capital de um país

de dimensões continentais e com espaço no interior, a população pobre não migrou para outras cidades e estados. A ausência de uma reforma agrária no Brasil fez com que o êxodo rural natural do processo de crescimento dos grandes centros convergisse para a ocorrência da macrocefalia urbana, já que, mesmo com condições precárias de vida - grande parte da sociedade preferiu, historicamente, a "cidade grande". Não por acaso, o Rio tem a companhia de São Paulo e Belo Horizonte em número de favelas.

A primeira favela carioca surgiu no Morro da Providência. Na explicação histórica adotada por alguns autores, teriam sido os soldados que voltaram da Guerra de Canudos, em 1897, sem ter aonde morar que teriam dado origem à primeira favela carioca. Com o passar dos anos, o Morro da Providência foi abrigando cada vez mais famílias de baixa renda, já que a região era cercada por pedreiras, porões de fábricas e linhas de trem, fazendo o terreno livre ser bastante desvalorizado. O período de Abolição também fez com que muitos ex-escravos, então libertos, ocupassem essas áreas próximas ao centro do Rio, mas geograficamente separadas das ruas, seja pela disparidade econômica ou pela discriminação racial. É no Rio de Janeiro, até hoje, onde fica mais latente o processo de favelização, devido à topografia da cidade: os pobres se isolam em altos morros enquanto os mais abastados em habitações situadas nas ruas.

Cinco anos mais tarde, o presidente Rodrigues Alves nomeou Francisco Franco Pereira Passos como prefeito do Rio de Janeiro. Engenheiro de formação, Pereira Passos tinha a dura missão de resolver os já existentes problemas sociais da cidade, decorrentes em grande parte do rápido e desordenado crescimento populacional, alavancado pela imigração europeia e pela transição após o fim da escravidão. Ao assumir a Prefeitura, Passos se deparou com problemas de transporte, abastecimento de água, rede de esgotos, de saúde e segurança pública. Na região central, pessoas se dividiam entre o Morro da Providência e habitações coletivas, como cortiços, estalagens e casas de cômodos. O argumento era que, por suas condições insalubres, as habitações coletivas propagavam doenças e epidemias, como a febre amarela, a cólera, a peste bubônica, a malária e a varíola. O fato é que, paralelo a isso, as classes dominantes da cidade à época desejavam expulsar os mais pobres da área central. É importante lembrar que, nesta época, a população explorada da capital era formada por ex-escravos africanos - o que denota forte racismo nas decisões políticas - e imigrantes de regiões pouco abastadas de Portugal e Espanha, sobretudo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Informações disponíveis em <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-828.htm> e [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16168/16168\\_4.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16168/16168_4.PDF) Acesso em 01/11/2017

A ideia de Pereira Passos era assemelhar o Rio de Janeiro à Paris, que na década de 1870 havia passado por uma remodelação. Para isso, o prefeito decidiu começar uma reforma urbana, o "Bota-Abaixo", com o pretexto de melhorar o saneamento, urbanismo e embelezar a cidade, acelerando assim as diferenças sociais que até hoje fazem parte do *ethos* urbano do Rio. A demolição de grandes casarões - a maioria deles cortiços -, praças e morros, visando o alargamento das ruas como a da Carioca e Sete de Setembro e a construção de avenidas como a Central (hoje Rio Branco), Mem de Sá, Passos e a Beira-Mar tinha como objetivo o arejamento, a ventilação e a iluminação do centro da cidade. Luxuosos palacetes, bulevares, praças e jardins foram construídos também no lugar de cerca de 500 moradias.

O plano, entretanto, criou um abismo social, exemplificando desde o cerne o aspecto excludente das políticas estatais da então República Oligárquica, com a expulsão de grupos sociais considerados perigosos à ordem da área de expansão da modernidade capitalista. A reforma promovida, junto ao processo de modernização do Porto, valorizou o solo da área central, antes ocupada, em parte, pela população pobre. Após as demolições sem consentimento dos habitantes e tampouco pagamento de indenizações, os moradores se viram obrigados a pagar altos aluguéis, se mudar para os subúrbios ou, então, encontrarem lugares até então livres para morar. Isso ocorreu principalmente nos morros ao redor da região central, onde foram construídos barracos de madeiras, aumentando o Morro da Providência e também criando mais favelas.

Houve mais tentativas de desalojamento da população do morro, que não assistiu sempre os episódios de maneira passiva, como na Revolta da Vacina, em 1904. Anos mais tarde, já nas décadas de 1930 e 1940, o processo de favelização tomou conta dos morros de grande parte da cidade, concomitantemente à expansão industrial de bairros da Zona Norte. Nas décadas de 1950 e 1960, as favelas chegaram também à Zona Sul, atraindo moradores que desejavam morar mais próximos aos novos empregos gerados pela urbanização da região.

Outra grande expansão das favelas veio após o surgimento das facções, nos anos 90, com a ascensão de certas localidades da Zona Oeste, como Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, onde, diferentemente do usual, surgiram favelas em terrenos baixos, como Rio das Pedras, Gardênia Azul e Terreirão.

## 2.2 - Paz, Justiça e Liberdade: De ladrões de galinhas a traficantes de drogas

O crime organizado no Rio de Janeiro surge antes mesmo da articulação do tráfico de drogas em facções criminosas. Em 1892, o Barão de Drummond, fundador do Jardim Zoológico da cidade, em Vila Isabel, criou uma bolsa ilegal de apostas em número que representam animais, nascia assim o jogo do bicho. A fala em off do Coronel Nascimento em Tropa de Elite 2 ajuda a sintetizar: "nada melhor que uma crise econômica pra aguçar a criatividade". Com muita especulação financeira e a abertura da bolsa de valores nos primeiros anos da República houve uma grande recessão no comércio. Por isso, sem muito estímulo para as vendas, os comerciantes começaram a sortear brindes para os consumidores. E foi assim, querendo aumentar a frequência no zoológico, que o Barão decidiu estipular um prêmio, em dinheiro, ao portador do bilhete de entrada que tivesse a figura do animal do dia, escolhido entre os 25 animais do zoológico. Cada bicho era representado por quatro números consecutivos compreendidos entre 00 e 99. Havia 25 bichos numerados de 01 até 25 por ordem alfabética. Os números de 00 a 99 correspondiam aos 25 bichos conforme uma progressão aritmética, calculando o próximo múltiplo de quatro. Ao final do dia, os organizadores do jogo revelavam o nome do bicho vencedor e afixavam o resultado num poste, o que até os dias de hoje continua sendo feito. Ao pôr do sol, o bicho era revelado por sorteio e o ganhador, conhecido. Após isso, os animais começaram a ser associados a séries numéricas da loteria, fazendo com o que o jogo passasse a ser praticado fora do zoológico, como vemos até os dias atuais - ainda que seja considerado um crime pelo código penal brasileiro.<sup>3</sup>

Em meio à crise, a modalidade rapidamente se alastrou pelo país. O jogo do bicho é semelhante a uma loteria federal, mas com algumas diferenças: uma delas é que o jogador pode apostar qualquer valor, que muitas vezes é bem acima de suas possibilidades. Quanto maior o valor apostado em uma sequência numérica (milhar, centena, dezena, etc.), maior será o prêmio. Com essa flexibilidade de apostas, o jogador é livre para escolher pelo menor valor possível o seu número da sorte nas 10 mil chances disponíveis em cada sorteio. Exemplo: um apostador joga um real em uma milhar no primeiro prêmio (conhecido como cabeça por ser a primeira milhar no topo da lista de resultados). A popularização da ideia e as grandes quantias movimentadas fizeram com

---

<sup>3</sup> As informações sobre o surgimento do "jogo do bicho" e de sua formação hierárquica para atividades ilegais foram retiradas de: <http://www.jogodobicho.net/historia> Acesso em 01/11/2017

que grupos organizados hierarquicamente monopolizassem o jogo do bicho com a ajuda de policiais e políticos corruptos.

Ainda que os detentores do poder do jogo do bicho possam ser considerados como uma espécie de facção criminosa, a tipologia da facção tal como conhecemos hoje teria começado no Instituto Cândido Mendes, o famoso presídio da Ilha Grande, no litoral sul do estado<sup>3</sup>. Dentro do sistema prisional, os presos passaram a se juntar em grupos para se defenderem uns dos outros. Esses grupos controlavam galerias do presídio - e os presos nele abrigados - na base da violência e coerção.

O mais famoso desses grupos até então era a Falange Jacaré. Maior e mais antiga entre todas as gangues, o grupo tinha lideranças que vinham da Favela do Jacarezinho e de outros bairros da Zona Norte do Rio, por isso o nome. No quesito violência, a Falange Jacaré, que comandava a galeria D do Instituto Cândido Mendes, era a campeã em mortes, violência sexual e extorsão: de comida até outras regalias como visitas íntimas. Por isso, entre 1978 e 1979, outro grupo ganhou força. Com a promessa de paz na cadeia e bem-estar coletivo, a Falange Vermelha representava o oposto.

Em 1979, a sociedade tinha descoberto que os presos do Instituto Penal Cândido Mendes estavam organizados num grupo chamado Falange Vermelha. (...) Dentro dos muros do Cândido Mendes, quem mandava eram os presos. (LEMGRUBER, 2010, p. 52)

A guerra entre facções no Rio de Janeiro estava só começando. A Falange Vermelha deu origem ao grupo que hoje detém mais poder nas favelas do Rio, o Comando Vermelho. A história de formação da facção é bem conhecida. Curiosamente, teve origem em circunstâncias provocadas pela ditadura militar e sua Lei de Segurança Nacional.

Em março de 1969, o regime militar iniciado em 1964 endureceu para sufocar a crescente resistência organizada. Um decreto-lei veio complementar a Lei de Segurança Nacional promulgada em 1967. A emenda ampliava o rol de crimes que deveriam ser julgados por tribunais militares, incluindo os assaltos e roubos ‘contra o estabelecimento de créditos ou financiamento’. Era época em que as organizações clandestinas de oposição roubavam - ou como diziam os militantes da luta armada ‘expropriavam’ - bancos para reunir fundos que financiassem seus projetos. Ao mesmo tempo, ladrões comuns vinham também praticando assaltos a banco - um gênero de crime ainda raro naqueles tempos. Pela nova redação, os dois grupos, assaltantes comuns e militantes políticos, teriam o mesmo destino e tratamento: o julgamento por tribunais militares e o confinamento em presídios comuns. Assim, desqualificava-se qualquer pretensão dos presos políticos a obter o seu reconhecimento como um grupo diferenciado, merecedor de status especial. (LEMGRUBER, 2010, p. 80)



No Rio, o destino dos criminosos da Lei de Segurança Nacional passou a ser o presídio da Ilha Grande. Em 1968, os "leis de segurança", como eram conhecidos os presos que se enquadravam no novo decreto-lei, foram aprisionados na galeria B de Cândido Mendes, isolados dos demais detentos e impedidos de trabalhar dentro da cadeia. Os presos eram em sua maioria estudantes universitários ligados a movimentos estudantis, católicos ou políticos. Junto com eles, alguns poucos assaltantes condenados. Conhecido por ser um inferno, o conjunto prisional ficava totalmente isolado das cidades próximas, dificultando, primordialmente, as fugas. A estrutura era precária, as celas eram sujas, com canos de esgoto estourados, os corredores escuros e o refeitório não reunia condições para atender os presos, pois não tinha cadeiras suficientes, e, por vezes, nem comida. Serviam alimentos estragados e até retirados do lixo em épocas de crise.

Logo os presos políticos se organizaram para tornar a vida na prisão menos dura. A comida recebida das visitas formava um fundo coletivo e era dividida entre todos. A coletividade tinha uma farmácia e uma biblioteca. Um grupo de representantes foi escolhido para negociar com a direção do presídio. O uso de tóxicos e o jogo eram proibidos - e os presos comuns, em minoria, acatavam. O roubo do relógio de um preso político por um detento comum acabou por afastar os dois grupos. Os 'subversivos' deram uma surra exemplar no ladrão e aproveitaram o episódio para reivindicar o isolamento dos presos comuns e assim adquirir status diferenciado. Em pouco tempo, um muro foi construído na galeria, separando os presos políticos dos demais. (LEMGRUBER, 2010, p. 81).

Entre 1975 e 1976, os presos políticos foram transferidos para outras unidades prisionais na cidade do Rio de Janeiro. Só os presos comuns seguiram na Ilha Grande e, com a experiência adquirida no convívio com os militantes de esquerda, passaram a exigir seus direitos, criaram um fundo coletivo e elegeram representantes para negociar com a administração. Quando foram integrados com os demais presos do Instituto Cândido Mendes, disseminaram suas ideias de organização e representatividade. E foi aí que a primeira tensão com a Falange Jacaré aconteceu. O grupo dos antigos "leis de segurança" entrou em confronto com as antigas lideranças entre os presos.

No dia marcado, com amplo apoio da coletividade, morreram de uma vez seis conhecidos quadrilheiros, os piores entre aqueles que mantinham o terror. Trinta deles se renderam, prometendo mudar seu comportamento, e vinte pediram seguro de vida. (...) As regras (...) foram sendo adotadas nas cadeias: morte para quem assaltar ou estuprar companheiros; incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua; violência apenas para tentar fugir; luta permanente contra a repressão e os abusos. (LIMA, 1991, p. 87)

O grupo não era movido por ideais de esquerda. Apesar do lema de paz, justiça (social) e liberdade, visando fazer o papel e obter também o poder do Estado onde este era ausente, as contribuições da “caixinha” beneficiavam principalmente as lideranças, para seus projetos, como estruturação de fugas e compra de privilégios na cadeia. A Falange Vermelha assumiu também os negócios ilícitos como o jogo e a venda de drogas na prisão. A força virou ditatorial. Quem não estava com eles, era "alemão", gíria usada para inimigo. Voltaram a acontecer muitas mortes entre os presos, para reforçar seu domínio.

A origem do primeiro grande rival do Comando Vermelho ainda não foi estudada de forma aprofundada. Alguns sustentam que sua criação ocorreu em 1983, também no Instituto Cândido Mendes, já outros, garantem que só nos anos 1990 se falava no famoso Terceiro Comando. Em 1983, de fato, houve o surgimento de uma nova união no sistema carcerário. Grupos como as Falanges Zona Sul e Coreia, e alguns remanescentes da Falange Jacaré, não reconheciam a Falange Vermelha e mantinham diferenças com os líderes da facção mais volumosa das cadeias.

Quando o nosso grupo assumiu o sistema penitenciário, em 1983, a Falange Vermelha já estava entrincheirada na maioria dos presídios do Rio de Janeiro. Em 12 de março, mal havíamos tomado posse, aconteceu um conflito entre os prisioneiros da Falange Vermelha e um grupo que se consolidara na terceira galeria da prisão da Ilha Grande. Independentes, diziam-se remanescentes da Falange Zona Sul e da Falange da Coreia e não reconheciam o domínio da Vermelha. Eram o Terceiro Comando. (LEMGRUBER, 2010, p. 82).

Na cadeia, os presos se digladiavam pelo poder, que se resumia ao controle de cantinas, jogo, tráfico de drogas, fugas e privilégios. O grupo que antes pregava a paz agora atormentava os presos, iniciara mortes desenhadas para desarticular conjuntos de oposição e controlar a massa carcerária pelo medo.

Fora das grades do sistema prisional, as já gigantes favelas cariocas eram redutos de atividades ilícitas. O advento do tráfico de drogas no Rio veio junto à popularização da maconha, mas até aí o dinheiro não era suficiente para o crime se organizar de maneira articulada como hoje. O pontapé inicial para o enriquecimento ilícito pelo tráfico de entorpecentes foi decorrência da "democratização" da cocaína, antes uma droga de ricos e, no início da década de 1980, uma realidade mais próxima dos mais pobres.

A "firma", como é chamada a articulação do tráfico em cada favela, passou a gerar grandes lucros e, com isso, despertar maior interesse. Em um contexto de enorme desigualdade social pós-ditadura, muitas pessoas mudaram seus delitos: de "ladrão de

galinhas" à traficante de drogas, conquistando assim mais dinheiro e poder - dentro e fora de sua comunidade. O "pó" já subira o morro e era preciso delimitar os pontos de venda: primeiro para todos ganharem dinheiro, depois para não atrapalhar a convivência com a própria comunidade, então pacífica, e, por fim, para afastar inimigos que não pensavam o negócio da mesma forma.

Outra grande facção carioca formada no sistema prisional desperta olhares ressabiados do Comando Vermelho até hoje. Os Amigos dos Amigos (A.D.A), nasceram de divergências no próprio CV. As traições entre traficantes, mais uma vez, geraram outro grupo articulado no mundo do crime organizado.

Um dos fundadores da Falange Vermelha e membro da velha guarda da facção, Orlando da Conceição, o Orlando Jogador, chefe do tráfico no Complexo do Alemão era um dos mais respeitados entre seus pares, e braço-direito de Rogério Lemgruber, o Bagulhão, grande líder do CV. Antes da chegada da facção, o Complexo da Penha não possuía ligação com o crime organizado. Bandidos vendiam drogas nas favelas, que eram neutras até a Falange Vermelha passar a ocupa-las após seus integrantes deixarem a cadeia. Jogador matou China, chefe do Morro do Alemão, assumindo suas bocas.

Junto com aliados, Orlando ganhou notoriedade ao conquistar territórios, unificar o complexo e aumentar os lucros provenientes da venda de drogas em uma região onde as bocas de fumo até então não eram rentáveis. O dinheiro era investido principalmente na manutenção de seu exército, um dos primeiros a se armar com os famosos fuzis AR-15. Um dos homens mais novos de Jogador era Ernaldo Pinto de Medeiros, conhecido como Uê. Em pouco tempo, Uê já era o gerente do Morro do Adeus. Em 1992, Orlando foi preso. As comunidades ficaram divididas entre Fiel (que chefiava o Alemão) e Uê, no Adeus. Assim que Orlando Jogador foi solto, em 1994, o traficante quis de volta o comando de suas 18 bocas no Complexo da Penha. Uê, já em disputa com Jogador, sabia do plano do antigo mandachuva para mata-lo, e resolveu se antecipar.

Para eliminar a concorrência, Uê simulou o próprio sequestro - em sua explicação, fora sequestrado por homens do Batalhão de Operações Especiais, o BOPE - e pediu ajuda ao ex-aliado para pagar o resgate de US\$ 50 mil, valor que segundo ele, não tinha no momento. Apesar da disputa, Jogador ainda considerava Uê. Jogador então foi ao encontro do representante dos sequestradores no Complexo do Alemão, com o dinheiro em mãos. Quando o grupo de Jogador chegou ao local, deparou-se com mais de cem homens armados, todos fiéis a Uê. Foram 14 mortos, incluindo um dos antigos "reis" do

Comando Vermelho. A chacina ocorrida naquela noite, em 13 de junho de 1994, mudou os rumos do tráfico de drogas no Rio.

A traição de Uê foi condenada, e o traficante foi expulso do Comando Vermelho, o que desencadeou uma grande crise na facção e até a criação de uma nova ala, o CVJ (Comando Vermelho Jovem), chefiado por Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP e Elias Maluco. Apesar disso, seu bando manteve o poder no Complexo do Alemão, e os negócios prosperaram. Uê então se uniu ao Terceiro Comando. Pouco depois, em 1996, em meio à guerra pelo controle de suas favelas com o Comando Vermelho, acabaria preso, em um hotel de luxo em Fortaleza. De dentro da prisão, Uê viu Marcinho VP e Elias Maluco vencerem a guerra na Penha e reconquistarem o Alemão. Os dois, mais tarde, também acabariam presos.

Já em Bangu 1, junto com José Carlos Reis Encina, o lendário Escadinha, e Celso Luís Rodrigues, o Celsinho da Vila Vintém, dois homens experientes no mundo do tráfico de drogas, nasceu a facção. Urgia, dentro do presídio de segurança máxima, que chefões do tráfico fossem divididos, para não repetir, de maneira maximizada, os problemas vividos no Instituto Cândido Mendes, na Ilha Grande. E é durante a guerra dessas organizações criminosas que um episódio acaba por ser o grande fio condutor para o desenvolvimento político das milícias, grupos paramilitares que se desenvolvem no Rio de Janeiro sob o pretenso ideal de “autoproteção comunitária”.

Bangu 1 era a casa dos grandes chefões do tráfico no Rio de Janeiro. Em uma galeria, o Comando Vermelho tinha quase todos os seus grandes líderes juntos: Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, chefe do tráfico na Penha e Elias Maluco, seu braço-direito no complexo. Em outra galeria, o ADA tinha Uê e Celsinho da Vila Vintém. De dentro da cadeia, ambos os grupos coordenavam as ações da facção nas favelas cariocas.

Em 11 de setembro de 2002, uma rebelião mudou novamente os rumos do crime organizado no Rio de Janeiro. A sede pelo poder fez Uê elaborar um plano para matar Fernandinho Beira-Mar, então inimigo número 1 do Estado. O problema é que o chefe do CV descobriu. Uma matança se desencadeou dentro do presídio de segurança máxima no Complexo de Gericinó, em Bangu.

Beira-Mar marcou a rebelião justamente para o dia em que se completava um ano da queda das torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, após ataque terrorista da Al-Qaeda. Após corromper agentes penitenciários do Departamento Sistema Penal (DESIPE) e dominá-los, os comparsas do traficante mais temido do Brasil e

invadiram a galeria do ADA e do Terceiro Comando, outra facção rival. Lá, executaram de maneira bárbara, além de Uê, seu braço-direito Wanderley Soares, o Orelha; Carlos Alberto da Costa, o Robertinho do Adeus; e Elpídio Rodrigues Sabino, o Pidi.

A cena da execução de Uê – “Vocês não engordaram o porco? Agora “nós vai” assar” e “Agora vocês vão aprender como se assa um porco”-, em fala do personagem Beirada, vivido por Seu Jorge e inspirado em Fernandinho Beira-Mar, levando o traficante rival “para o microondas”, aconteceu de fato, diferente de outras cenas “fantasiosas” do enredo, como a morte do próprio Beirada e até da entrada de Fraga no presídio. Uê morreu carbonizado após ser espancado por pedaços de pau e ferro. Depois de ser queimado vivo com querosene, o chefe do ADA ainda teve as partes do corpo divididas, fotografadas e enviadas à família. O comandante geral da Polícia Militar à época, coronel Brás, só chegou ao local da rebelião sete horas depois. O Bope tampouco chegou a entrar no presídio. A governadora Benedita da Silva, inclusive, foi duramente criticada pelas ações da Polícia Militar na rebelião, já que o secretário de segurança pública sequer compareceu à penitenciária.

Na obra, assim como na realidade, o episódio em Bangu 1 elucida uma mudança geral na narrativa da criminalidade no Rio de Janeiro. O Coronel Nascimento, responsável pela ação, é exonerado de seu cargo de chefe do Bope, enquanto a opinião popular o condecora - lembrando que a película busca representar a sociedade em que vivemos, em síntese, conservadora - como baluarte incorruptível da luta contra o crime organizado. Em cena marcante, Nascimento é aplaudido no restaurante onde almoçam o secretário de segurança pública, o comandante geral da Polícia Militar e um assessor do governador. Nela, Rodrigo Pimentel, roteirista e inspiração do personagem vivido por Wagner Moura, aparece como figurante, aplaudindo o policial.

A partir daí, como diz a própria frase do filme, Nascimento "não cai para baixo, parceiro, cai para cima". O coronel reformado é exonerado, mas vira subsecretário de segurança pública do Rio de Janeiro. Na secretaria, ainda de acordo com Nascimento, ele poderia brigar com o sistema de dentro, melhorando as condições dos policiais e transformando o Bope numa "verdadeira máquina de guerra".

A relação já ruim entre as facções estava exposta à sociedade pela mídia, que cobriu toda a rebelião no presídio de segurança máxima. E é no auge da guerra dessas organizações criminosas que o motim e a morte dos principais rivais do Comando Vermelho na cadeia acabam por ser o grande fio condutor para o desenvolvimento político das milícias, grupos paramilitares que se desenvolvem no Rio de Janeiro sob o

ideal de “autoproteção comunitária”, aproveitando o vácuo da presença do Estado nas áreas mais carentes da cidade.

### **2.3. Do mal-entendido à exposição de políticos corruptos**

Em 2010, o filme “Tropa de Elite 2” veio para reenviar uma mensagem mal recebida pelo público no primeiro longa da série. Concebido três anos antes por José Padilha como uma obra que serviria para mostrar ao público as atrocidades cometidas por policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar nas favelas cariocas, “Tropa de Elite” mostrava a saga de Capitão Nascimento e companhia. O policial anti-herói, entretanto, virou um paladino da justiça, na sede por figuras carismáticas que rondava a política da cidade em meio à crise.

Ao dividir a sociedade entre aplausos e críticas, Padilha viu o personagem de Wagner Moura ajudar, em 2007, momento de “passagem de bastão” no Governo do Estado, a recrudescer um sentimento conservador na visão da caótica segurança pública fluminense. No mesmo 2007, o Rio de Janeiro passava por um momento turbulento. Além de estar em meio ao caos da segurança pública e da precariedade em relação aos serviços básicos como educação e saúde, o estado vivia um momento de transição: Sérgio Cabral assumia como governador após mandatos seguidos de Anthony Garotinho e sua esposa, Rosinha Matheus.

Apesar de ser um dos herdeiros de Leonel Brizola na política, Anthony Garotinho tinha uma postura muito mais autoritária no que tange às questões de segurança. Em sua gestão, Garotinho investiu dezenas de milhões de reais em tecnologia para a Polícia Militar, desde laboratórios e câmeras até o aumento do poderio bélico<sup>4</sup>. Foi na administração de Garotinho, em 2001, que o BOPE, por exemplo, passou a operar com caminhonetes blindadas, apelidadas de “caveirão”, cópia fiel do *Yellow Mellow*, carro utilizado no *apartheid* racial na África do Sul. Mesmo assim, o esforço dos governantes não resolveu as questões de segurança no estado. Com um alto número de balas perdidas e mortes de inocentes, ainda que mascarados pela classificação de auto de resistência, a população viu as facções criminosas expandirem seu domínio territorial pela capital e até no interior, mesmo após a prisão de seus principais líderes, fato que virou alvo de propaganda do então governador em sua candidatura à presidência, em 2002.

---

<sup>4</sup> Informações retiradas de: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3001200014.htm> Acesso em 02/11/2017.

É importante frisar que "Tropa de Elite 2" é vivido em uma realidade anacrônica. Apesar de a rebelião e outros acontecimentos relatados no filme terem acontecido em 2002, a cúpula do Governo do Estado do Rio de Janeiro que é abordada de fato é a gestão de Anthony Garotinho, inspirando o personagem Gelino, governador do Rio no filme. Em 2002, Garotinho concorreu à presidência e renunciou ao cargo de governador em favor de sua vice, Benedita da Silva.

Da metade do filme em diante começam a ser desvendados os meandros da milícia no Rio de Janeiro. As milícias, a bem da verdade, surgem na cidade no fim da década de 1970, controlando algumas comunidades nas Zonas Norte e Oeste do Rio de Janeiro. A intenção é simples: comerciantes locais, em sua maioria migrantes de outros estados, se organizam para pagar policiais e não permitir a entrada dos traficantes de drogas e outros criminosos.

Após a "onda de violência" carioca nos anos 90, resultado da disputa por pontos de venda de drogas em morros e até bairros da cidade, incluindo os mais ricos, as milícias começam a tomar o papel de protagonista no roteiro do crime na cidade. As milícias se fortaleceram, também, a partir da guerra ao tráfico, que mata civis, criminosos e policiais por toda a cidade. Com o tráfico se enfraquecendo com a prisão dos chefões e o cerco policial, o Estado esperava capitalizar o poder e recuperar a soberania nas comunidades. Em tese. No filme, a ideia de Nascimento era desestruturar o tráfico, um intermediário nas relações econômicas espúrias nas favelas. A lógica era simples: "Quando o arrego é magro, o amor acaba".

No começo, as milícias mantiveram seu propósito inicial. Policiais, bombeiros e militares se juntaram para expulsar o tráfico de determinadas regiões e "estabelecer a paz" - na verdade, o controle e o poder. Políticos e comentaristas enalteceram os grupos como solução, como o próprio prefeito à época, Eduardo Paes, do PMDB, em entrevista ao vivo no RJ TV, da Rede Globo, em setembro de 2006:

Você tem áreas em que o estado perdeu a soberania por completo. Eu vou dar um exemplo, pois as pessoas sempre perguntam como recuperar essa soberania. Jacarepaguá é um bairro que a tal da polícia mineira, formada por policiais e bombeiros, trouxe tranquilidade para a população. Ou seja, com ação, com inteligência, você tem como fazer com que o estado retome a soberania nessas áreas.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Eduardo Paes. Entrevista. RJ TV. Rede Globo. 15/09/2006. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoas-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337> (transcrito). Acesso em 04/11/2017

No filme, em trecho com a voz em off, o Coronel Nascimento explica o surgimento das milícias a partir do enfraquecimento do tráfico pela Polícia Militar. O motivo real era a exploração dessas áreas desassistidas pelo estado:

Foi só cortar o arrego do tráfico para os corruptos perceberem o óbvio. Qualquer comunidade pobre do Rio de Janeiro é muito mais do que um ponto de venda de drogas. O Rocha descobriu que eliminando o intermediário, o sistema faturava muito mais. Tava na cara, era só fazer as contas. Favelado gosta de assistir TV a cabo. Favelado bebe água. Favelado acessa a internet. Favelado usa gás para cozinhar. Favelado faz empréstimo. Toda favela é um mercado poderoso de muita coisa comprada e vendida. O Rocha descobriu que era melhor arrecadar da favela inteira que de um bando de traficantes. Era só o dinheiro trocar de mãos, que o Rocha cobrava a taxa. Pretexto? Defender a comunidade do tráfico. Na realidade, era bem diferente. (...) Em quatro anos, o sistema tomou conta de quase toda a Zona Oeste do Rio de Janeiro. (TROPA DE ELITE 2, 2010)<sup>6</sup>

O caso mais conhecido de presença das milícias é o de Rio das Pedras, em Jacarepaguá. No início do século XXI, já fortalecidos hierárquica e financeiramente, as milícias começam a competir pelas áreas controladas por facções do tráfico. A comunidade da Zona Oeste é representada no filme por "Rio das Rochas", comandada pelo Major Rocha, um policial corrupto que enxerga as atividades financeiras das comunidades em incursões policiais. O personagem é inspirado em Ricardo Teixeira Cruz, o Batman, chefe da maior milícia do Rio de Janeiro, a "Liga da Justiça".

Críticas como a ausência no enredo das vítimas do sistema de violência e criminalidade da política de segurança pública foram feitas por movimentos sociais, mas o fato é que ainda figurantes e sem representação da resistência popular, o filme reabre a discussão sobre os problemas de um estado cada vez mais bipolar, polarizado e dividido. Se a própria geografia da cidade cria um sectarismo latente entre favela e bairros, com a figura dos "morros" enquanto periferia, a obra bate firme na tecla dos agentes causadores das desigualdades sociais, criando empatia do público com o sofrimento popular e abrindo um debate até então incipiente sobre a compreensão das reais motivações de quem luta por direitos humanos.

Filme mais assistido no país desde "Titanic", "Tropa de Elite 2" levou 11 milhões de espectadores aos cinemas, tendo se tornado a obra cinematográfica mais vista na história do cinema brasileiro. Considerado um "tapa na cara do espectador" por parte da crítica, a película trouxe um roteiro bem mais ambicioso do que o original, lançado logo

---

<sup>6</sup> Coronel Nascimento. Tropa de Elite 2 – O inimigo agora é outro. Minuto: 42:17. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KP0cXykWBTY> (transcrito). Acesso em 05/11/2017



após o primeiro turno das eleições federais de 2010. A recepção dos críticos foi positiva, com uma trama mais complexa e afinada. Apesar de seguir valorizando a violência, a segunda versão inverte os papéis estabelecidos no primeiro longa: no lugar dos bandidos, a polícia, e no lugar da lei, a corrupção, lógica cada vez mais presente no país. Com mais frases de efeito e um humor mais inteligente, o filme trouxe, enfim, a discussão original a que se propôs: a participação de um Estado ineficaz para reverter desigualdades sociais, no combate ao tráfico e aos crimes cometidos no Rio de Janeiro.

Se na estreia de “Tropa de Elite 1”, o inimigo era o tráfico de drogas, que foi combatido pelo temido BOPE, na continuação a milícia se aproxima de um polvo. Ao alastrar seus tentáculos sobre as atividades econômicas que envolvem as comunidades carentes do Rio, os grupos ganharam poderio financeiro, somado a já existente força bélica. As lideranças comunitárias passaram a participar também da vida política do estado, seja pelo apoio de antigos caciques ou pela insurgência de novas alianças.

O "sistema" tão citado no primeiro filme é "personificado" em uma organização criminosa totalmente ligada ao espectro partidário, em um momento em que o Rio tenta se reerguer após governos e desgovernos. A situação política da cidade e do estado são parênteses importantes a serem abertos. Aproximados a personagens reais da política fluminense, o filme desvenda meandros da formação e desenvolvimento do monstro que o próprio Estado criou e teria que coibir.

É com um "Apesar de possíveis coincidências com a realidade, este filme é uma obra de ficção", como inicia "Tropa de Elite 2", que começa a abrir os olhos do espectador para as denúncias de *status quo* e da corrupção que permeia a Polícia Militar. Ao começar apresentando Nascimento saindo do Hospital Beneditino, com seus passos sendo observados por um grupo que se comunica pelo rádio, o filme dá indícios de como a história seria diferente. Em trajes civis enquanto armamentos são preparados em cortes de outras cenas, Nascimento parte em seu carro até parar em uma emboscada. O carro completamente furado por balas no meio de uma rua carioca dá o tom de um filme que surpreende do início ao fim: em 2010, ninguém esperava o resultado final da obra cinematográfica.

A voz em *off* na tela escura dizendo, em tom consternado e de crítica: "Pode até parecer clichê de filme americano, mas é na hora da morte que a gente entende a vida. Eu dei muita porrada em viciado, esculachei muito policial corrupto, mandei um monte de vagabundo para a vala, mas não foi nada pessoal. A sociedade me preparou para isso. E

missão dada, parceiro, é missão cumprida". Na voz de Wagner Moura, é uma mostra de que Nascimento estaria diferente anos depois.

Um dos primeiros a perceber o crescimento das milícias no Rio foi o deputado Marcelo Freixo. Por isso é nele a inspiração para o personagem Diogo Fraga. O filme também retrata a CPI das Milícias e seu desenrolar, que levou 226 pessoas a serem indiciadas. Muitos crimes foram cometidos em áreas de milícia desde a sua criação. Os governos Anthony e Rosinha Garotinho não reconheciam a existência das milícias, o que veio a acontecer apenas em 2007, no governo Sérgio Cabral Filho. Um dos episódios mais bárbaros ocorreu em 2008, quando repórteres do jornal O Dia foram sequestrados, torturados e mantidos em cárcere privado na favela do Batan, em Realengo. O episódio é mostrado no filme por meio da repórter Clara Vidal e de seu fotógrafo, inspirado em Nilton Claudino<sup>7</sup>. No filme, todos são mortos, mas na realidade, a equipe de reportagem ficou a salvo. Os repórteres, inclusive, reconheceram a voz do deputado Coronel Jairo e de seu filho Dr. Jairinho durante a tortura, mas nada ficou comprovado e os dois, que teriam ligação com a milícia na Zona Oeste, curral eleitoral da família, mantêm não só a liberdade como seus cargos políticos.

Após o filme despertar no público o debate sobre o papel das milícias no Rio de Janeiro, os principais nomes dos grupos paramilitares não obtiveram votações expressivas nas eleições de 2012, 2014 e 2016, diminuindo, inclusive, de maneira vertiginosa a cada pleito. Marcelo Freixo e o especialista Ignacio Cano apontam para uma mudança de estratégia: a retirada dos principais nomes do cenário e a utilização de outras candidaturas menores para a manutenção do *status quo* e o poderio político nas comunidades.

Pouco depois do lançamento de Tropa de Elite, uma investigação da Polícia Federal e do Ministério Público revelou um escândalo de corrupção na alta cúpula política do Rio de Janeiro. Anthony Garotinho e o ex-chefe da Polícia Civil durante seu mandato, Álvaro Lins, então deputado estadual, foram condenados por formação de quadrilha e ligação com o crime organizado. A Polícia Federal conseguiu enquadrar Álvaro Lins como chefe de uma quadrilha de policiais que facilitava ações criminosas no estado. Garotinho era apontado como integrante do esquema, mas após sua condenação, em 2010, conseguiu o direito de recorrer em liberdade. Isso não impediu, entretanto, a continuidade da espúria relação entre bandidos, policiais e políticos no Rio.

---

<sup>7</sup> "Minha dor não sai no jornal" In: *Revista Piauí*. Edição 59. Agosto de 2011. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/minha-dor-nao-sai-no-jornal/> Acesso em 10/11/2017

No próximo capítulo, cujo objetivo é mostrar a política em cena no filme “Tropa de Elite 2”, abordaremos os personagens políticos e o caminho narrativo em torno destes, como Coronel Nascimento, Diogo Fraga e os milicianos, agora de terno e gravata na esfera legislativa. A ideia central é evidenciar a dicotomia nos valores morais e éticos nos diferentes polos do espectro político.

### **3. A POLÍTICA EM CENA**

As diferenças entre o primeiro e o segundo filme da série *Tropa de Elite* aparecem a todo momento. Em *Tropa de Elite 2*, o BOPE não é mais o centro das atenções. Antes solução e agora problema, o batalhão de elite da Polícia Militar é o pano de fundo para a discussão das causas e consequências da violência na cidade do Rio de Janeiro. A produção cinematográfica aprofunda a questão da segurança pública até o mais alto escalão da política carioca, onde homens engravatados tomam as decisões que concernem ao cotidiano dos policiais no combate ao crime.

Em uma metrópole onde as diferenças sociais são latentes, o Estado abre lacunas perigosas que criam o cenário propício para a propagação do crime organizado. Soma-se esses fatores à remuneração baixa e os problemas de infraestrutura da Polícia, e o terreno se torna fértil para a corrupção e a exclusão social.

O conflito entre traficantes e policiais é parte importante do desenrolar da história. O combate firme à criminalidade resulta no surgimento de um novo inimigo: a milícia. É com a corrupção policial que os grupos paramilitares começam a crescer desenfreadamente nas áreas mais pobres da capital do Rio de Janeiro.

Com o propósito inicial de combater o tráfico, policiais e militares formam grupos armados para estabelecer o controle de comunidades pobres, principalmente nas zonas oeste e norte da cidade. Em pouco tempo, entretanto, as milícias mostram sua cara: uma máfia que descobriu que a segurança pública no Rio de Janeiro era um negócio de alta rentabilidade.

#### **3.1. Os personagens políticos: lobo em pele de cordeiro**

É com uma cena em que um policial corrupto se aproxima de uma comunidade para recolher o “arrego” – propina para a Polícia não interferir na comercialização de drogas – do tráfico que “*Tropa de Elite 2*” puxa o gatilho para uma mudança que interferiu diretamente na dinâmica social do Rio de Janeiro. Ao perceber que as favelas eram “muito mais do que só um ponto de venda de drogas”, nas palavras do Coronel Nascimento, em voz em off, a Polícia Militar, personificada no Major Rocha, passa a ter interesses maiores em áreas onde o Estado deveria se fazer presente – não só com suas forças de segurança, mas com políticas públicas de educação, saúde e inclusão social.

Filmes como “*Tropa de Elite*”, do gênero “*favela movie*”, inaugurado por “*Cidade de Deus*”, costumam retratar as comunidades como espaços extremamente

desorganizados e violentos. Ainda que não seja muito diferente da realidade, o estereótipo nessas representações visuais serve para legitimar a noção de que as forças do governo devem lutar contra facções e outros grupos que detém o poderio nas favelas através da extrema repressão, o que corrobora a lógica de guerra urbana no Rio. E se “Tropa de Elite” escorrega demais nesse sentido, “Tropa de Elite 2” chega para mostrar que essas disputas se dão em meio à corrupção estrutural em todas as esferas de poder da cidade.

Na prática, fora da cena fílmica, a Polícia aproveitou um vácuo que ela mesma ajudou a criar, seja pelas políticas públicas excludentes e a guerra ao tráfico - que, por consequência, mata também inocentes -, ou com a exploração das partes menos abastadas da sociedade dos mais variados modos.

As milícias, que surgem com o pretexto de “autoproteção comunitária”, chegam como vilões disfarçados de mocinhos nas comunidades: muitas vezes cansados dos abusos dos traficantes e no meio de uma guerra sem fim de combate ao tráfico, o baque inicial da chegada de uma instituição que impõe a ordem, ainda que cobrando seu preço por isso, parece um alívio para os moradores. Mas a verdade é que a milícia é um legítimo lobo em pele de cordeiro, trazendo um problema muito maior para os locais onde cria verdadeiros feudos.

Antes, a gente invadia, e os traficantes voltavam. Só que quando os corruptos começaram a ocupar as favelas, os traficantes não voltavam mais. Por um bom tempo eu achei que o sistema estava ajudando o Bope. Só que na verdade, era o Bope que estava ajudando o sistema. (TROPA DE ELITE 2, 2010).<sup>8</sup>

Seja por revolta diante do caos social ou por uma visão empresarial capitalista da segurança pública, os oficiais que se tornam milicianos costumam ter em comum a dominação de outros negócios em trânsito nas favelas. É por isso que são suseranos dos moradores, verdadeiros vassallos de quem detém o poderio bélico em locais não assistidos pelo Estado.

Antes mesmo de entrarem para a política, os milicianos já representavam aquilo que as instituições da administração pública não conseguiam na comunidade. Pessoas que já tinham perfil de “cuidador” da área e outros líderes comunitários acabaram por se aliar a oficiais, policiais, militares e outros grupos que mantinham interesses e motivação financeira para chegar e dominar as favelas.

---

<sup>8</sup> Coronel Nascimento. Tropa de Elite 2 – O inimigo agora é outro. Minuto: 44:00. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KP0cXykWBTY> (transcrito). Acesso em 05/11/2017

A violência é a maneira que a “polícia mineira” encontra para, como uma via de mão dupla, “retirar” o crime organizado de comunidades e tomar para si o poder sobre tudo o que acontece dentro desses espaços. Com o passar do tempo, ainda cobram uma “taxa de segurança” por isso – algo muito valioso para comerciantes, por exemplo. Quem paga, recebe uma marcação em sua casa e está seguro. Quem não paga, está em perigo. O castigo ocorre das mais variadas maneiras, mas os inimigos da milícia não costumam ter vida fácil. Na prática, a milícia faz os moradores pagarem para que ela os defenda dela mesma, num paradoxo que só a cidade do Rio de Janeiro – e seu abismo social – é capaz de originar.

Por sua vez, as milícias parecem mais estruturadas em geral do que outros grupos, com uma vocação mais empresarial. O uso de cadastros, recibos, reuniões formais, etc. mostra um grau de organização bastante superior à improvisação do tráfico, por exemplo. O estereótipo do menino do tráfico, excessivamente jovem e com frequência sob o efeito de entorpecentes, é substituído pelo de uma pessoa de mais idade e responsabilidade, um ‘profissional’ da segurança. (CANO, 2008, p.82)

O controle não parou por aí. Em pouco tempo, os milicianos assumiram também outros negócios rentáveis das favelas, como o transporte irregular de vans e moto-táxis, a distribuição de botijões de gás, a instalação de TV a cabo e internet, a venda de alimentos e até crédito pessoal a taxas menores que nos bancos. Assim, as favelas controladas pelos grupos viraram grandes máquinas de lavar dinheiro.

Em “Tropa de Elite 2”, o diretor José Padilha mostra o passo a passo de cada um desses processos de conquista e manutenção do poder pelos milicianos nas comunidades: começa pela parte territorial, com a retomada de uma favela antes dominada pelo tráfico, passa pela organização hierárquica do grupo paramilitar ligado à políticos e outros policiais corruptos, chegando até a atribuição dos negócios da favela, como evidenciado em cenas como a do confisco de um botijão comprado por um morador em uma loja em que o comerciante não é ligado à milícia e na execução do dono da frota de vans da comunidade.

A milícia não demorou para subir o próximo degrau na escada do “sistema”. O caminho não foi difícil: controlando tudo o que acontece nas favelas onde detém o poder, os milicianos se tornaram líderes comunitários e entraram para a política, transformando as favelas em verdadeiros currais eleitorais. O voto era a principal mercadoria da comunidade, e a milícia, claro, se apropriou também deste negócio espúrio em suas áreas de dominação, obrigando os eleitores que moram nas áreas de domínio a votarem em seus candidatos.

Não à toa, diversos milicianos foram eleitos para a Câmara dos Vereadores e para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, principalmente na primeira década do século XXI, casos dos deputados estaduais Coronel Jairo, Natalino e Álvaro Lins, e dos vereadores Jairinho, Jerominho, Carminha Jerominho, Nadinho de Rio das Pedras, Deco e Cristiano Girão. Todos estes, com exceção de Carminha, hoje estão presos. Nadinho foi assassinado e um dos suspeitos de sua morte é justamente Girão, que controlava a área da Gardênia Azul, vizinha à comunidade de Rio das Pedras. Já Jorge Babu, ex-deputado, que já sofria processo pelo Ministério Público, foi condenado a sete anos, mas recorre em liberdade. Outros políticos com ligação não comprovada com os grupos paramilitares também saíram vitoriosos em diversos pleitos até o lançamento de “Tropa de Elite 2”.

Autoridades como o então prefeito da cidade, César Maia, chamavam as milícias de “Autodefesas Comunitárias” – discurso parecido com o de Deputado Fortunato, vivido por André Mattos em “Tropa de Elite 2”.

A curto prazo, portanto dentro do Pan, as Autodefesas Comunitárias (ADCs) são um problema menor, muito menor, que o tráfico. Certamente é muito mais estado paralelo que as facções do narcotráfico. Os traficantes não têm voto. Seus candidatos terminam com 200 votos e coisa assim. Os candidatos das ADCs têm voto e se elegem ou têm uma grande votação.<sup>9</sup>

No início dos anos 2000, as milícias cresceram exponencialmente. Se em 2005, controlavam 11,9% das 965 favelas da capital fluminense, em 2011, pouco tempo após “Tropa de Elite 2”, elas já dominavam quase metade destes territórios.<sup>10</sup>

Também em “Tropa de Elite 2”, a transição do policial corrupto até líder comunitário e cabo eleitoral de políticos ligados à milícia fica evidente. Por se tratar de uma obra de ficção, o filme não preserva referências a uma só pessoa para cada personagem, mas há fortes comparações entre políticos e milicianos reais aos atores. O diretor José Padilha busca retratar também o “lado civil” dos integrantes de milícias, para além de sua formação e hierarquia enquanto grupo paramilitar. Além de mostrar, desde o primeiro filme da série, como a corrupção, que se inicia na Polícia, se alastra para outros setores da cidade, a ideia é tratar de maneira tragicômica e debochada, como o próprio

---

<sup>9</sup> César Maia. Entrevista. Jornal O Globo. 09/12/2006. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/milicias-avancam-pelo-corredor-do-pan-2007-4541223> Acesso em 09/11/2017

<sup>10</sup> Informações retiradas de: <https://super.abril.com.br/comportamento/as-milicias-de-verdade/> Acesso em 11/11/2017

estereótipo de “malandro” do carioca, o jeito com que as práticas dos milicianos encontram eco em discursos e atitudes da sociedade fluminense.

O humor é marca registrada de “Tropa de Elite 2”, que adiciona novas “gírias” ao vocabulário do carioca. Expressões comuns entre policiais, milicianos e até marginais foram popularizadas a partir dos cinemas, e fizeram com que o “dicionário” da cidade ganhasse novos jargões típicos. Pelo andamento leve, debochado e bem humorado, os dois longas da série Tropa de Elite mostram também como a violência está banalizada no Rio de Janeiro, com seus níveis assustadores e crescentes.

Para os espectadores de Tropa de Elite, não só a realidade da violência urbana é compreendida como natural dos centros urbanos, mas também a forma como os agentes de segurança lidam com ela. A atuação daqueles agentes nas favelas foi banalizada pelo público. Não só considerada normal, como o correto em situações de combate. (SOARES, 2014, p.50)

A discussão em torno do que são e representam as milícias no Rio de Janeiro é fomentada, no filme e na vida real, pelo episódio de tortura à jornalistas em uma comunidade dominada pelos grupos paramilitares. O clamor popular pelo bárbaro episódio faz surgir uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), e daí para a frente passam a ser investigados a fundo não só os crimes cometidos por justiceiros, bem como o envolvimento de políticos com o crime organizado. A narrativa do filme passa a caminhar em ordem cronológica mais fiel à história real com o desenrolar da CPI, presidida na vida real por Marcelo Freixo, político que inspirou o personagem Diogo Fraga, como já assinalamos. Nela, além de políticos, são investigados outros agentes do Estado como policiais, bombeiros e militares.

É a partir da CPI que Fraga aparece de maneira mais latente como a oposição à política assistencialista e corrupta do governo. Apesar de o filme não deixar claro quem são os personagens que inspiram a cúpula, o governador Gelino encontra similaridades com dois governadores do Rio de Janeiro: Anthony Garotinho e Sergio Cabral. Se o primeiro não chegou a agir como parceiro das milícias, ainda em ascensão incipiente, a lógica de segurança pública e a realidade da cidade remetem à sua gestão. Já ao segundo estão as referências no que tange à aproximação dos principais agentes políticos da cidade aos milicianos. Foi dentro do PMDB, partido em que Cabral gozava de grande prestígio, ao menos até sua prisão, que líderes de grupos paramilitares como Jerominho ganharam força, e o então governador teve o apoio de outras lideranças ligadas à milícia como



Coronel Jairo e Cristiano Girão, apesar de estes não fazerem parte do partido, mas apenas das coligações que os elegeram nos pleitos de 2006 e 2010.

Personagem que não esteve presente no primeiro filme, Fraga é uma tentativa do diretor José Padilha para antagonizar com Nascimento, até então tratado como herói. Assim como Fraga, Marcelo Freixo também já surgira como um grande antagonista ao PMDB no cenário político fluminense. É o deputado estadual do PSOL a grande esperança da esquerda no Rio de Janeiro, e a ele é possível atribuir a pecha de maior adversário das milícias no estado. A partir do momento em que os personagens deixam de rivalizar para lutarem juntos, o filme ganha outra cara. A Polícia, descaracterizada, ao lado da esquerda e contra o verdadeiro vilão da sociedade: o sistema.

Definido pelo próprio Coronel Nascimento como “um mecanismo impessoal, uma articulação de interesses”, o sistema é a representação da política construída desde a herança paternalista da colonização exploratória dos portugueses. É o sistema quem une política e crime organizado em torno de interesses em comum, e também o instrumento de exploração das classes mais pobres dentro do contexto social. Agora de braços dados ao crime, os agentes do Estado – representados no filme tanto pela cúpula do governo como pelos policiais – utilizam da hegemonia dos grupos paramilitares, mantida pelo uso da força e da violência, para aumentar o seu alcance e capital político. Traduz-se: aliados, milícia e governo garantem seus interesses. De um lado, as práticas de corrupção são mantidas e aumentam os lucros dos milicianos. De outro, o governo e sua base política ganham mais votos nas comunidades dominadas pela milícia, prática conhecida como curral eleitoral. Uma fala de Nascimento, em voz *off*, sintetiza a ideia: “No Brasil, eleição é negócio e o voto é a mercadoria mais valiosa da favela”.

### **3.2. O caminho narrativo em torno dos personagens**

Passados dez anos do primeiro filme da série, *Tropa de Elite 2* é uma continuação da história do agora coronel do BOPE Roberto Nascimento. Com sua missão de desmontar o tráfico de drogas no Rio de Janeiro cumprida, Nascimento se vê fora da Polícia Militar após chefiar uma operação malsucedida na contenção de uma rebelião em Bangu 1, episódio que modifica drasticamente os rumos do combate ao crime organizado no Rio de Janeiro, como já assinalamos. Seus problemas aumentam com a relação conturbada com seu filho, Rafael, e sua ex-mulher, Rosane, agora casada com um “inimigo”, o professor universitário e ativista de direitos humanos Diogo Fraga,

justamente quem causa sua exoneração após o motim no presídio de segurança máxima. O enredo, contado em uma realidade anacrônica pela voz em off de Roberto Nascimento, inicialmente mostra acontecimentos que ocorreram em 2002 na vida real. Aclamado como herói pela opinião pública, o ex-policial vira Subsecretário de Inteligência na Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Na alta cúpula do sistema que sempre combateu, Nascimento tenta inverter a lógica dos acontecimentos e trabalha, primeiro, pela reintegração do capitão Mathias, expulso do BOPE após a operação em Bangu 1, e relegado à um batalhão corrupto comandado pelo coronel Fábio e pelo major Rocha. Hierarquicamente abaixo do secretário Guaracy Novaes, é Roberto quem "coloca a mão na massa" na inteligência e fornecimento de estrutura para a Polícia Militar, agora em alta perante grande parte da população após outras operações bem-sucedidas no combate ao tráfico de drogas. O pulso firme contra o crime organizado parecia render bons frutos ao estado, mas gera também a ascensão de novos grupos liderados por agentes de segurança pública corruptos como o major Rocha, as milícias. Só então, Nascimento percebe que seu inimigo, agora, é outro. E, para piorar, só uma pessoa teve a mesma percepção: o agora deputado Diogo Fraga, que elabora um relatório sobre mortes nas áreas dominadas pelos milicianos e tenta emplacar uma CPI para bater de frente com o governo e tentar se eleger deputado federal.

A principal função ideológica do romance criminal é a de demonstração da estranheza do crime. Caracterizando o criminoso como algo à parte, um ser estranho à razão natural da ordem social, o romance policial faz parte dessa pedagogia do poder que, através da diferenciação dos ilegalismos, constitui e define a delinquência. O criminoso da ficção é alguém não reconhecido como o sujeito desejável na ordem social, sendo por isto necessário identificá-lo (resolvendo o engano) e puni-lo. (SODRÉ, 2009, p.260)

Ainda que a reflexão de Muniz Sodré seja dirigida aos cenários narrativos dos romances policiais, podemos estabelecer aproximações com a narrativa fílmica, no caso que estamos analisando. Também no filme *Tropa de Elite 2* há a preocupação de estabelecer pontes de identificação dos personagens ficcionais com seus inspiradores na vida real, causando um processo de reconhecimento no público. Como “sujeitos não desejáveis na ordem social”, tornava-se imperioso “identificá-los”.

Sem maiores evidências até então e em época de eleição, o presidente da ALERJ não aceita de início a CPI. A cúpula do governo, fortalecida com o combate que ainda parece bem-sucedido ao tráfico, lança candidaturas para se manter no poder, inclusive a de Guaracy Novaes à deputado federal. Em meio a isso, o opositor Fraga tece críticas

ao trabalho da Secretaria de Segurança Pública, e, por conseguinte, à Nascimento, que acaba por se distanciar de seu filho, Rafael, enteado e estagiário de Fraga em seu gabinete.

Com a eleição se aproximando, a milícia se fortalece e cria currais eleitorais nas favelas onde exercem o seu domínio a partir do discurso da "autoproteção comunitária", o que favorece diretamente ao governador e seus pares. Em tentativa de popularizar seu relatório, Fraga procura a jornalista Clara Vidal, reconhecida no filme como a mais polêmica da cidade, e lhe dá uma cópia do documento. Após a leitura, Clara decide se arriscar e produzir uma reportagem no Bairro Tanque, comunidade dominada pela milícia de Rocha. Ao descobrir todo o comitê de campanha da cúpula do governo em uma casa na favela, o que demonstra a ligação dos milicianos com o governador, a jornalista é descoberta, torturada e morta. Sua morte gera grande clamor público pela instauração da CPI das Milícias, e chama o público para o debate da questão.

Lançado em 2010, *Tropa de Elite 2* foi o maior fenômeno de bilheteria do país até então, como já afirmamos. Com um forte esquema antipirataria, após ver o primeiro filme da série sofrer com cópias ilegais antes mesmo de seu lançamento, o longa-metragem acumulou um total de R\$ 103,4 milhões, segundo dados da Ancine<sup>11</sup>, números que só foram superados por "*Dez Mandamentos*", de 2016, apesar das polêmicas envolvendo o público que assistiu a este filme. O sucesso de "*Tropa de Elite*", de 2007, acabou por catapultar o êxito da continuação do longa, que tentou mostrar uma visão diferente após múltiplas interpretações do primeiro filme, que para uns fazia apologia aos métodos desumanos do BOPE e, para outros, mostrava ações eficientes da elite da tropa da Polícia Militar nas comunidades.

Segundo José Padilha, a ideia de *Tropa de Elite* era fazer uma crítica à situação caótica da segurança pública da cidade, desde a violência urbana à corrupção da Polícia Militar, abordando os métodos de tortura utilizados por agentes do BOPE. Em seu primeiro filme, o documentário "Ônibus 174", Padilha já havia analisado a origem da violência pela ótica do criminoso: a exclusão da sociedade, repressão policial e instituições penitenciárias defasadas. Na sua estreia na ficção, Padilha quis questionar que tipo de policial é formado no Rio de Janeiro.

Apresentamos o Cap. Nascimento como uma pessoa que acredita no controle da violência através do uso da violência. E o resultado disso é que ele é uma pessoa que não consegue se sustentar dentro da

---

<sup>11</sup> Disponível em: [https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/cinema/pdf/2105\\_1.pdf](https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/cinema/pdf/2105_1.pdf) Acesso em 11/11/2017

sociedade, ele tem síndrome de pânico, não é capaz de manter sua família.<sup>12</sup>

As interpretações dúbias de “Tropa de Elite” fizeram com que um segundo filme, capaz de desfazer o mal-entendido gerado pelo primeiro longa, fosse lançado, para além dos objetivos comerciais. Por isso, “Tropa de Elite 2” inclui outros setores da segurança pública do Rio de Janeiro, como o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa. Junto com estes, um personagem capaz de rivalizar com Nascimento pelo protagonismo na história. Surge, então, o deputado Diogo Fraga, que, desde o fato de ser casado com a ex-esposa do agora Coronel, até as divergências políticas e ideológicas, antagoniza em todos os sentidos com o anti-herói alçado ao papel de herói em “Tropa de Elite”. Em sua monografia “Reinterpretações de Tropa de Elite: multiplicidade e mediações discursivas”, Lucas Altino Soares destaca as motivações para a mudança na abordagem dos fatos.

Devido às acusações de apologia à barbárie, a continuação do filme, lançada em 2010, talvez tenha sido executada, além dos óbvios motivos comerciais, para que Padilha tivesse a oportunidade de inserir novas figuras na história, capazes de levantar o debate sobre as atrocidades cometidas pelo BOPE. O deputado Fraga, inspirado em Marcelo Freixo, possuía relevância e protagonismo suficientes para se tornar um personagem forte na história, assim podendo rivalizar com os discursos do Capitão Nascimento. (SOARES, 2014, p.52)

A preocupação do filme em despir Nascimento do policial paladino da justiça é facilmente notada pela abordagem de sua vida pessoal, com as nuances na relação com seu filho e ex-esposa. É em uma tentativa aproximação com Rafael que Nascimento liga a morte de Clara Vidal com a do capitão Mathias, assassinado por um policial corrupto em uma operação previamente reprovada pela inteligência e arquitetada para beneficiar a milícia. A relação familiar entre Fraga e Nascimento ganha contornos dramáticos quando a milícia tenta matar o deputado e, em meio ao atentado, é Rafael quem recebe um tiro. Já andando lado a lado, os dois viram aliados na luta contra o verdadeiro inimigo: o sistema. Protagonista dos dois filmes da série “Tropa de Elite”, o ator Wagner Moura (2010), explicou a ideia de abordar o antes duro Capitão do BOPE mais “humanizado”.

Há uma desconstrução do personagem que as pessoas conheceram no primeiro filme (...) E nós não vamos dar ao público uma repetição do primeiro. O filme, se cair no gosto do público - espero que cairá - tem a ver com o sucesso do primeiro, mas tem uma outra abordagem dos personagens, da história... E para mim, que gosto muito de política, é

---

<sup>12</sup> José Padilha. Entrevista. Programa Roda Viva. TV. Cultura. 8/10/2007. Disponível em [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/327/entrevistados/jose\\_padilha\\_2007.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/327/entrevistados/jose_padilha_2007.htm) (transcrito) Acesso em 02/11/2017

prazeroso trazer isso à tona através de um trabalho. Poder discutir segurança pública, violência, corrupção é outra coisa que me dá orgulho do Tropa de Elite.<sup>13</sup>

Durante a CPI, o relatório teórico se une ao conhecimento prático de um policial honesto alçado ao topo da inteligência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. O depoimento acachapante de Roberto Nascimento na ALERJ influencia diretamente na prisão dos membros da base do governo envolvidos com a milícia, como o deputado Fortunato.

Os caminhos narrativos do filme constroem no público a dicotomia clássica do espectro político. De um lado, a esquerda, com um representante dos direitos humanos e contra os interesses capitalistas que corroem o Estado. De outro, a direita, que aparece tanto na lógica policial quanto nas políticas públicas que encontram eco nos discursos de setores mais conservadores da sociedade. Na cena em que Nascimento se encontra com os chefes da segurança pública do Rio de Janeiro logo após a operação malsucedida em Bangu 1, a voz em off do próprio Nascimento narrando os fatos resume: "para a sociedade, bandido bom é bandido morto", e após o "banho de sangue" despejado na cadeia, o policial é aplaudido de pé no restaurante.

Essa oposição de ideias fica clara no episódio do motim no presídio de segurança máxima. Nascimento vê a guerra entre facções distintas dentro da cadeia como "uma boa oportunidade" de invadir Bangu 1 e "terminar o serviço" após a execução de traficantes do Terceiro Comando, em alusão clara a determinar mais mortes no meio da rebelião. Em cima do muro, o governador manda convocar Fraga para "ganhar tempo" e ressalta não querer "outro Carandiru". Fraga chega ao presídio vestindo uma camisa com as palavras "direitos humanos" escritas em inglês, recusa o uso de colete à prova de balas e tenta terminar com o conflito na base da conversa. Em outra cena importante, quando Rafael é detido pela Polícia por porte de 100g de maconha, Nascimento chega à delegacia aos berros, com seu já conhecido discurso contra usuários da droga. Já na delegacia e contido, Fraga chama o policial de "moralista" e age com tranquilidade. A diferença no trato destas questões coloca os dois em quadros diametralmente opostos.

A gente já escreveu o segundo filme com esse Capitão Nascimento. O foco é a história dele. O filme também transcende o universo da polícia para ir para a segurança pública. Então, ele ficou mais complexo, ganhou uma nova camada, a política. E, enquanto o primeiro filme é predominantemente descritivo, o segundo é mais dramático. Os

---

<sup>13</sup> Wagner Moura. Entrevista. OmeleTV #94. Site. Omelete. 20/09/2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lqhRdNBwdEo> Acesso em 10/11/2017

conflitos pessoais do Capitão Nascimento, que no “Tropa 1” eram periféricos, agora são a espinha dorsal junto com o conflito profissional dele. Isso faz a experiência de assistir ao “Tropa 2” melhor do que assistir ao “Tropa 1”.<sup>14</sup>

Em seu primeiro filme, Padilha tinha como uma de suas intenções dar ênfase à hipocrisia das pessoas que consomem drogas e financiam o tráfico. “Não no sentido de culpa-los, mas para propor o debate”. No entanto, novamente ressaltando o fato de que se trata de um filme de ação e entretenimento, onde, ao longo do desenrolar do enredo, o diretor modifica a visão do próprio Nascimento, antes restrito ao “*front*” do combate ao crime e agora compreendendo que a violência não só não resolvia como tinha origem justamente na corrupção e na própria criminalidade.

Há, portanto, uma polarização entre políticos de esquerda e direita, ao passo que os lados se mostram totalmente opostos no que tange às milícias. Apesar disso, Padilha sustenta que o filme não escolhe um lado, mas abre o debate norteado na relação entre a política e o crime organizado.

(...) Uma das principais diferenças do “Tropa de Elite” com relação à cinematografia brasileira anterior ao filme é temática. O “Tropa” fugiu do estereótipo marxista do cinema nacional, dado que não teve como protagonista um herói excluído pelo sistema capitalista. Na cinematografia brasileira anterior ao “Tropa”, o protagonista era sempre o menino de rua (Sandro de Ônibus 174 é um exemplo), o pequeno marginal, o preso político ou o militante antiditadura. Um policial protagonista era impensável. O Tropa quebrou este paradigma, e elegeu um policial particularmente violento como personagem principal. E mais, tentou explicar a lógica por trás do comportamento deste policial, enquanto mostrava as violências e atrocidades que ele cometida contra os excluídos. Ao fazer isto, o Tropa abriu um campo temático novo, ignorando a tradicional patrulha de esquerda, que sempre tentou e ainda tenta pautar o foco dos filmes nacionais. (...) E, no entanto, o Tropa nunca foi um filme de direita. Tanto assim que alguns ícones da esquerda, como (o diretor franco-grego) Costa-Gravas, abraçaram o filme. Hoje, olho para a classe artística brasileira, e para a incapacidade que muitos artistas tem de admitir a óbvia realidade de que o PT foi um partido extremamente corrupto, e vejo que o Tropa ainda é um filme atual. No Brasil (e em quase todos os outros países) a ideologia cega... muito mais do que ajuda a ver. Tanto a direita quanto a esquerda.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Bráulio Mantovani. Entrevista. Revista. Veja. 29/09/2010. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/entretenimento/roteirista-fala-das-diferencas-entre-tropa-de-elite-1-e-2/> Acesso em 09/11/2017

<sup>15</sup> José Padilha. Entrevista. Site. Omelete. 22/03/2017. Disponível em: <https://omelete.uol.com.br/filmes/entrevista/tropa-de-elite-fugiu-do-estereotipo-marxista-do-cinema-nacional-diz-jose-padilha/> Acesso em 10/11/2017

O fato de haver, na primeira aparição de Fraga como deputado, um colega parlamentar com uma visão completamente oposta no que diz respeito às milícias, já serve para mostrar a dicotomia buscada pelo diretor entre esquerda e direita, a todo momento.

Fortunato, que tem um programa de notícias na TV aberta e, com forte veia humorística, defende as ações policiais mais duras nas comunidades para "limpar a vagabundagem", contra os direitos humanos, é o personagem característico da parte mais retrógrada e conservadora da ALERJ, que, em "Tropa de Elite 2", é abordada como o cerne da ligação entre os políticos e a milícia, aquilo que o diretor quer evidenciar como o real e maior causador do caos na segurança pública e raiz da violência que assola principalmente a capital fluminense. Neste momento, a polícia é relegada a um segundo plano, com os personagens já totalmente despidos de fardas, exceto pelo comandante geral da Polícia Militar, o coronel Formoso, bastante ligado à base política do governador Gelino.

Em "Tropa de Elite 2", as relações de meio e fim seguem desequilibradas como no primeiro filme, agora não só para justificar as ações de Nascimento, mas para mostrar, a todo instante, a violência enquanto resultado da corrupção de agentes do Estado. O objetivo final, ou seja, o desmantelamento do tráfico, em nome da segurança do povo, não é mais o foco na narrativa, e sim os crimes cometidos por milicianos. Os meios para que as operações sejam bem-sucedidas ficam em segundo plano, enquanto o destaque fica por conta das relações espúrias entre políticos e o crime organizado.

### **3.2.1 – O agora Coronel Nascimento**

Inspirado em policiais do BOPE, como Rodrigo Pimentel – autor do livro “A Elite da Tropa” e comentarista de segurança pública da Rede Globo -, Paulo Storani e o agora Coronel Nascimento teve diversas modificações

Apesar da manutenção da apresentação do personagem como uma pessoa incorruptível, Nascimento aparece menos violento em "Tropa de Elite 2". Se o caráter agressivo construiu uma imagem de herói, em meio a uma sociedade atordoada pela corrupção e insegurança, um agente do Estado íntegro e honesto se sobrepunha e legitimava os excessos cometidos pela autoridade. Nesse sentido, o diretor José Padilha busca aumentar o debate em torno da truculência da Polícia Militar, mas sem fazer com que os membros da corporação fossem vilanizados, de maneira geral.

Certas características do personagem se modificam desde "Tropa de Elite" para suavizar e tornar o espectador simpático ao personagem. Sai o autoritarismo e fica apenas a autoridade. Nascimento segue respeitado em seu trabalho, mas midiaticizado pelo cargo público que exerce como subsecretário de inteligência. Diferente da imposição machista e violenta do primeiro filme da série, em "Tropa de Elite 2", o agora tenente-coronel do BOPE, Nascimento não é mais um dos homens da linha de frente do combate ao tráfico de drogas, o que se reflete em sua postura tanto como homem, quanto como agente do Estado.

Com cabelos brancos e chamado pelo primeiro nome, Roberto, e até pelo apelido de "Beto", pela ex-esposa, Nascimento guarda um pouco da truculência principalmente no discurso, mas quando sai de tom, percebe, principalmente no trato com seu filho, Rafael, com quem mantém relação difícil. A abordagem de aspectos da vida pessoal do policial o humaniza, bem como em "Tropa de Elite", mas em maior escala. Roberto se sensibiliza quando Rafael o vê como violento e agressivo e se vê sem reação com sua aproximação carinhosa, esboçando até um choro quando descobre que o filho, que sofrera um atentado, terá que passar por séria cirurgia.

O paladino da luta contra o tráfico e a corrupção só aparece com características associadas aos heróis na parte final do filme, como na cena em que agride o secretário de segurança e candidato a deputado federal Guaracy Novaes em uma blitz em frente ao seu condomínio e em outra na qual entra em confronto com milicianos que armam uma emboscada para matá-lo. Sua integridade se mantém intacta, bem como o combate ferrenho à corrupção, que agora Nascimento enxerga para além da Polícia Militar, já entranhada no sistema, que reconhece ser muito maior do que acreditava. A estratégia foi abordar como a violência a partir dos agentes do Estado é um resultado de uma série de políticas que, desde a falta de estrutura, os baixos salários e a pressão da opinião pública sobre quem toma as decisões, acabam por colocar o policial entre a vida e a morte em quase todas as situações.

Ao se ver cercado por aqueles que identifica como seus verdadeiros inimigos, Coronel Nascimento percebe que toda a violência que empregava em suas operações era em vão. No fundo, a origem das mazelas sociais vinha da corrupção da polícia e da criminalidade do Rio de Janeiro, e o combate ao crime organizado, que dizimava marginais, civis e policiais, era um grande negócio, algo que financiava políticos direta e indiretamente, seja com capital financeiro ou mesmo político a partir do domínio sobre as classes menos abastadas em diversos setores da cidade. Um resumo simples pode ser



observado na frase dita por Nascimento, ao telefone, para Valmir, um agente administrativo da Secretaria de Segurança Pública que trabalha lado a lado com ele, em cena em que o policial luta jiu-jítsu com seu filho: "O que esses caras querem é voto, eu não quero voto".

Apesar de seu sucesso vir desde o Capitão de "Tropa de Elite", no primeiro filme, Nascimento e Mathias incorporam a tese de que o algoz, no caso, o tráfico, só se torna algoz pela lógica social, e de que este também pode ser compreendido como "vítima" desta lógica, como no caso do fogueiteiro morto na comunidade. No segundo filme, o personagem percebe que o seu discurso conservador e repressor é tão retrógado, falho e hipócrita quanto a hipocrisia que, antes, o policial só enxergava na esquerda.

Já despido de sua farda, exonerado da Polícia Militar e fora até de seu cargo como na Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Nascimento vai à ALERJ para seu depoimento, que se aproxima das diferentes revoltas das classes sociais. As classes mais pobres se veem no discurso contrário à Polícia Militar, defendendo seu fim, bem como o das ações violentas no combate ao crime organizado. A classe média se reconhece em sua ojeriza à corrupção a níveis assustadores que corroem o Estado e a sociedade aos poucos, sendo sua grande mazela.

A fala se aproxima mais de uma visão menos conservadora dos fatos, já que, quando diz que "o policial não aperta o gatilho sozinho" e expõe deputados que tem ligação com as milícias, Nascimento volta à dominação dos excluídos pelo sistema capitalista e ao uso da força para a manutenção da hegemonia.

O BOPE, entretanto, segue glamourizado e fora da corrupção policial, apesar de fazer parte da corporação da Polícia Militar, como uma instância em oposição à tradicional PM, como na cena em que, liderados pelo capitão Mathias, a tropa de elite policial comanda uma operação para tomar o controle do Bairro Tanque, e também na primeira passagem do filme, quando invadem o presídio de Bangu 1 e executam "cabeças" do Comando Vermelho, ao passo que a PM só tem retratados agentes corruptos como o coronel Fábio, o major Rocha e até o comandante geral, o coronel Formoso.

### **3.2.2 – Deputado Diogo Fraga**

Surgiu das críticas ao teor supostamente fascista de "Tropa de Elite" a necessidade de um personagem que pudesse capitalizar a atenção de outras correntes ideológicas e descaracterizar a figura do Capitão Nascimento como herói na luta contra a criminalidade

e a corrupção. Enquanto a cidade do Rio de Janeiro, com todas as suas idiossincrasias, apresentava novos processos e construções sociais principalmente no que tange à segurança pública, o enfoque de "Tropa de Elite 2", como o próprio título do filme sugere, seria outro. Buscando seguir no caminho da abordagem da truculência policial e a violência na capital fluminense, o diretor José Padilha procurou no político Marcelo Freixo a inspiração para uma nova figura polarizadora na continuação do primeiro longa da série. Nasceu assim o deputado Diogo Fraga.

Com uma trajetória de vida bem próxima da do hoje deputado estadual pelo Rio de Janeiro, Diogo Fraga surge no filme já em oposição à Nascimento, como o próprio capitão do BOPE narra em voz off, enquanto o professor de História dá uma palestra em um congresso de Direitos Humanos: "tem muito intelectualzinho de esquerda que ganha a vida defendendo vagabundo". Freixo está entre os presentes no auditório, e a câmera fecha nele por alguns segundos, quase aos oito minutos do filme. Irandhir Santos, que vive Fraga no cinema, ficou mais de um ano convivendo com o deputado estadual em visitas ao seu gabinete, bem como o roteirista Bráulio Mantovani, que assistira todas as sessões da CPI das Milícias na vida real, na ALERJ, e leram o relatório completo da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Notadamente de esquerda, Fraga é um ativista de direitos humanos, chefe de ONG e professor universitário que atua em presídios, e em momentos de crise no sistema carcerário, é convocado pelas forças do Estado para mediar conflitos com os presos. A oposição entre este personagem e o agora Coronel Nascimento se dá, de início, no campo ideológico, de maneira simples: um defensor das liberdades fundamentais do ser humano contra um policial truculento que se impõe pelo uso da força. Os conflitos pessoais também aparecem de maneira latente, já que o deputado é casado com Rosane, ex-esposa do agente do Estado, como já falamos anteriormente.

Após um acontecimento também fictício, a morte de Beirada, Fraga decide migrar de ativista de direitos humanos para a política parlamentar. Na vida real, Fernandinho Beira-Mar, em quem Beirada é baseado, ainda está vivo e preso atualmente em um presídio federal em Mossoró, no Rio Grande do Norte. O motim realmente ocorreu, após agentes penitenciários, representados no filme por Curió (personagem inspirado em Marcos Vinicius Tavares Gavião, o Gavião, agente acusado de repassar armas aos traficantes), serem dominados por homens do Comando Vermelho, assim como a morte do chefe do tráfico da facção rival, que é Uê, e a história do colete à prova de balas utilizado pelo professor universitário em suas mediações de conflitos nas cadeias.

Quando tinha rebelião no Rio, o Bope me chamava e ia me buscar em casa. Negociei dezenas de rebeliões junto com o Bope e nunca houve um refém, preso ou guarda ferido. Sempre tiramos os reféns com vida, os presos saíam com vida e sem serem torturados ou, como eles falam, sem “o esculacho”. Agora, a cena do colete aconteceu de verdade. Eu estava entrando no presídio em rebelião e um comandante disse para mim: “Bota o colete”. Eu disse: “Não. Tenho que andar uns 50 metros e eles estão com as armas lá. Se quiserem me atingir, vão me atingir”.<sup>16</sup>

Se Fraga precisou de um acontecimento para ganhar notoriedade, Freixo iniciou sua carreira política como pupilo de Chico Alencar no recém-criado Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em seu primeiro pleito, em 2006, se elegeu deputado estadual, continuando sua luta pelos Direitos Humanos, assim como o personagem inspirado nele em “Tropa de Elite 2”. É de Freixo a autoria da CPI das Milícias, que assim como no filme, só saiu do papel, em 2008, após o episódio de tortura com uma equipe do jornal O Dia, que fazia reportagem investigativa na favela do Batan, reduto de milicianos, como já assinalamos. Diferentemente do relatado na película, a equipe escapou com vida. Durante a tortura, os jornalistas reconheceram as vozes de dois políticos: Coronel Jairo, deputado estadual, e seu filho, Jairinho, vereador. Ambos gozavam de enorme prestígio e votos na favela, mas apesar das investigações e da instauração da CPI, não foram presos e seguem, inclusive, com cargos públicos.

Em “Tropa de Elite 2”, a CPI das Milícias, instaurada em ano de eleição, era vista como o “passaporte” de Fraga para Brasília, onde desejava assumir o cargo de deputado federal. Na vida real, Freixo não seguiu a carreira parlamentar na Câmara Nacional, tentando, sem sucesso, se eleger prefeito do Rio em 2012 e 2016. Ainda assim, foi a luta contra a milícia na ALERJ que aumentou a notoriedade do político, bem como a sua retratação nos cinemas. O enfrentamento entre o deputado Diogo Fraga e a ALERJ em “Tropa de Elite 2” repete vários elementos de como, na vida real, o deputado Marcelo Freixo lidou com a presidência da CPI das Milícias, aberta apenas um ano e meio após a solicitação. De acordo com o próprio Freixo, a CPI “mudou a história da segurança pública do Rio de Janeiro”. Nela, foram descobertos os crimes das milícias e as ligações entre várias esferas do poder público com o crime organizado. Como consequência, diversos políticos milicianos ou ligados a milícias foram presos e a influência da máfia na política diminuiu. Diferentemente do que ocorria antes da CPI, as milícias não são mais vistas como um “mal menor”.

---

<sup>16</sup> Marcelo Freixo. Entrevista. Revista Super Interessante. 8/10/2007. Disponível em <https://super.abril.com.br/comportamento/freixo-o-verdadeiro-fraga/> Acesso em 01/11/2017

As características de Fraga, muito ligadas à Freixo, tocam justamente no público que reconheceu em “Tropa de Elite” um recrudescimento de um sentimento conservador e, por vezes, até fascista. Por isso, Fraga, um retrato de um político carismático e com boa aceitação em quase todos os setores da esquerda, é um ótimo antagonista para Nascimento, ainda mais quando traz o “herói” do primeiro filme para o seu lado na luta contra o verdadeiro inimigo do Estado, sob a ótica de “Tropa de Elite 2”.

### **3.2.3 – Os milicianos na política**

Logo no título, “Tropa de Elite 2” mostra que não veio com a mesma temática do primeiro longa da série, como já remarcamos anteriormente. Ao citar um “inimigo” e dizer que “agora é outro”, o filme rompe com a lógica imposta por “Tropa de Elite”, o que é mostrado no desenrolar do enredo e no caminho narrativo dos personagens. No início, a aparição do deputado Diogo Fraga já se mostra um antagonismo com o protagonista, o agora Coronel Nascimento, alçado ao papel de herói após o filme de 2007.

A grande diferença entre os dois filmes dirigidos por José Padilha, que tratam da segurança pública e da violência no Rio de Janeiro a partir da ótica de um policial, fica clara apenas no meio da película. Ao retirar o enfoque da Polícia Militar e levar a discussão ao âmbito político, o debate enriquece e chega ao seu cerne: a política. É nela e dela onde ocorrem os processos que terminam no gatilho puxado pelos agentes do Estado, seja para o bem ou para o mal. É este, portanto, o centro da discussão: “Segurança não é problema de polícia, é de política”, diz o deputado estadual Marcelo Freixo, que inspirou Diogo Fraga, sobre o filme e o tema.

Trocando as fardas pretas, cinzas ou azuis pelo colarinho branco, “Tropa de Elite 2” traz aos cinemas um problema maior e não antes abordado: as milícias, que cresceram exponencialmente no Rio de Janeiro até a instauração da CPI na ALERJ que, apesar de não ter tirado do papel grande parte das indicações do relatório, prendeu diversas lideranças de grupos paramilitares da capital fluminense, como o vereador Jerônimo Guimarães, o Jerominho, seu irmão, o deputado estadual Natalino Guimarães, sua filha, Carmen Guimarães, a vereadora Carminha Jerominho – chefes da maior milícia da Zona Oeste, a Liga da Justiça, que atuava em Campo Grande e Santa Cruz - o vereador Cristiano Girão, miliciano da Gardênia Azul, o vereador Deco, apontado como o número um do grupo paramilitar da Praça Seca, e o vereador Nadinho de Rio das Pedras, líder da milícia na comunidade de quem herdou o nome. Álvaro Lins, então deputado estadual e ex-chefe

da Polícia Civil no governo de Anthony Garotinho, teve seu mandato cassado e chegou a ser preso, mas hoje responde aos inquéritos em liberdade, como já destacamos.

Além de políticos, policiais, militares de carreira, bombeiros e civis também foram presos após terem ligação comprovada com a milícia, como por exemplo, o ex-policial militar Ricardo Teixeira da Cruz, o Batman, e Leandro Paixão Viegas, o Leandrinho Quebra-Ossos, outros dos líderes da Liga da Justiça. Em contraponto, os deputados estaduais Jorge Babu e Coronel Jairo, apontados como líderes de grupos paramilitares em Sepetiba e Bangu, não foram condenados e seguiram suas carreiras políticas, bem como Jairinho, vereador e filho de Jairo.

Uma das grandes críticas de Freixo às ações práticas após a CPI é a de que, apesar das prisões, o Estado não agiu para coibir a fonte de renda dos grupos, fazendo com que eles sigam com o mesmo poderio financeiro e com a exploração da população pobre em suas áreas de dominação. O resultado é que a milícia modificou, dentre outras coisas, sua forma de coerção após a CPI: se antes ostentava o poder armado em grande escala, matando pessoas em praça pública para deixar como exemplo, agora ocorre desaparecimento sistemático de pessoas nas regiões dominadas por esses grupos.

A milícia representa voto para muita gente, não só para os milicianos. A moeda de troca deles é a eleição. Enquanto não fizer isso, a milícia vai continuar crescendo. Você pode prender todo mundo, mas se a fonte de lucro estiver mantida, eles continuam mandando de dentro da prisão. Naquela época, existia o discurso de mal menor. Eles usam o seu emblema de agente público para falar em nome da ordem. Só que isso era acompanhado dos seus negócios e de ações como a prática de homicídios, violência, tortura e desaparecimentos. É preciso ter fiscalização do domínio territorial deles, uma investigação de inteligência. Você não vai encontrar miliciano trocando tiro com a polícia, nem vai prender miliciano em flagrante. Não há sobre milícia uma política de enfrentamento que vá além das prisões dos seus líderes. Sempre que o governo fala de milícia, fala de prisões. Mas quantos territórios de milícia foram retomados? A milícia diminuiu? O número de milicianos diminuiu? As vítimas da milícia diminuiram? Não.<sup>17</sup>

Por se tratar de uma obra de ficção, “Tropa de Elite 2” busca inspiração em personagens reais destes grupos para os intérpretes. Diferente de Fraga, admitida e claramente baseado em Freixo, os milicianos do filme são inspirados por mais de um da vida real. É notório que o deputado Fortunato traz consigo algumas características do deputado estadual Wagner Montes, principalmente pelo fato de ter um programa de TV

---

<sup>17</sup> Marcelo Freixo. Entrevista. Site. G1. 06/11/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/11/seis-anos-apos-cpi-deputado-diz-que-pouco-foi-feito-no-combate-milicias.html>  
Acesso em 11/11/2017

aberta. A bem da verdade, o parlamentar chegou a defender as milícias e chama-las de “autoproteção comunitária” em seu programa, mas depois, voltou atrás, e votou a favor da instauração da CPI na ALERJ, sendo um de seus signatários. Em maior escala, entretanto, Fortunato se aproxima de Natalino e Jerominho, de quem o ator André Mattos, intérprete do personagem, imita até o gesto das algemas para o alto em sua prisão, conforme admitiu em entrevista à *Folha de São Paulo*.<sup>18</sup> Em outra cena, quando chama Fraga de “moleque” e deixa a audiência pela metade, Fortunato imita um ato do miliciano e ex-vereador Deco, que fez o mesmo durante oitiva da CPI, aos berros e xingamentos.

Além de Fortunato, outro personagem do filme ligado às milícias é o secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Guaracy Novaes. O fato de se eleger deputado federal aponta para similaridades com Marcelo Itagiba, secretário no governo de Anthony Garotinho. Nas eleições de 2006, sua articulação com grupos paramilitares lhe rendeu a melhor votação na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Itagiba chegou a pedir para roteiristas do filme irem à imprensa para esclarecer que Guaracy não era inspirado nele, o que não foi feito. O delegado da Polícia Federal e então deputado foi convocado pela CPI das Milícias de Marcelo Freixo, mas não compareceu e não respondeu às perguntas endereçadas a ele. Além de Itagiba, só mais um político ocupou o cargo e se lançou como deputado: Josias Quintal, justamente seu antecessor. Junto a estes, o personagem interpretado por Adriano Garib também recebe forte inspiração em Álvaro Lins, chefe da Polícia Civil e condenado pela CPI na vida real.

No aspecto temático, “Tropa de Elite 2” carrega consigo uma forte veia humorística, demonstrada em ironias e frases de efeito. É assim que o filme busca retratar também os milicianos: o lado “fanfarrão” dos líderes comunitários é demonstrado em festas na comunidade, passeios de barco e no estilo despojado com que transitam pela sociedade, ainda que estejam à margem dela. Pelas características apresentadas no filme e a participação no episódio de sequestro e tortura dos jornalistas, Major Rocha é aproximado, para muitos, de Coronel Jairo. Diferente da vida real, o líder miliciano acaba morto.

Mas a grande incógnita do filme é o governador, Gelino. Se o tipo físico não lembra nenhum dos políticos que ocuparam o cargo no século XXI, a personalidade também foge um pouco à regra dos dois que polarizaram a cadeira mais importante do estado: Anthony Garotinho e Sergio Cabral Filho. A realidade anacrônica mais confunde

---

<sup>18</sup> Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2410201021.htm> Acesso em 09/11/2017

do que esclarece, e, portanto, observa-se que Gelino é uma mistura entre os vários chefes que o Rio de Janeiro teve. O partido político, PDB, tampouco existe, mas o símbolo dele é uma clara alusão ao Partido da República (PR), ao qual Garotinho é filiado nos dias atuais. À época de sua gestão, o político de Campos peregrinou pelo PDT e PSB.

A bem da verdade, nenhum governador do Rio foi diretamente ligado à milícia – ao menos, não de maneira comprovada pela justiça –, portanto, qualquer aproximação mais clara seria perigosa aos roteiristas e ao diretor de “Tropa de Elite 2”. Mas o fato é que Gelino não faz parte da milícia, apenas se apropria dela e de seus votos em currais eleitorais, aumentando seu capital político, coisa que tanto Cabral como Garotinho fizeram e, muitas vezes, com os mesmos “personagens”: Natalino, Jerominho, Coronel Jairo, Nadinho de Rio das Pedras, etc.

Primeiro miliciano preso pela CPI, Nadinho foi quem mais se aproximou da figura do herói na comunidade que é considerada o berço das milícias no Rio de Janeiro. Presidente da Associação de Moradores de 1998 a 2003, ele resolvia desde brigas entre casais ou vizinhos até a venda de entorpecentes na região. Assumiu a função de conselheiro, intermediador e, claro, líder comunitário. Era a autoridade da comunidade, e se fazia valer desde ações populistas como anúncios de benfeitorias, doação de cestas básicas, a criação de um projeto social para crianças e presentes em datas especiais como o Dia das Mães e o Natal, até a forte repressão ao crime - ainda que tenha negado isto até a sua morte.

Foi Nadinho quem promoveu, como presidente da Associação de Moradores, uma campanha para regularização e transferência de títulos eleitorais dos moradores de Rio das Pedras, em 2002 e 2003. Nesta época, pessoas ligadas à associação batiam de porta em porta explicando a utilidade de ter um representante de Rio das Pedras no Legislativo da cidade. Os moradores eram convencidos e levados em kombis para o TRE. O líder comunitário logrou êxito com a campanha. Nadinho, recém-filiado ao PFL (hoje DEM) e com apoio do prefeito César Maia, elegeu-se vereador, com 34.764 votos, cerca de 25 mil a mais do que na última eleição, justamente a estimativa de títulos tirados na região durante a campanha. Segundo dados do TRE, o candidato conquistou 24% dos votos válidos da 179ª zona eleitoral (Jacarepaguá) e 86% dos votos válidos da Escola Municipal de Rio das Pedras.<sup>19</sup> Foi após a eleição de Nadinho que as milícias se expandiram de vez

---

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/candidaturas-votacao-e-resultados/votacao-por-zona-eleitoral-eleicoes-2004> Acesso em 11/11/2017

para a política, com líderes comunitários de Bangu, Campo Grande, Santa Cruz, Gardênia Azul, Engenho de Dentro, Pilares, Ramos e Penha, entre outros, tentando ingressar na administração pública seguindo o mesmo modelo.

A importância ao cenário político é tanta que o enredo de “Tropa de Elite 2” desenrola suas principais tramas em um ano de eleição. E a campanha eleitoral é um dos focos, com fotos do governador Gelino ao lado de seus candidatos à deputado federal, o secretário de segurança Guaracy Novaes, e deputado estadual, Fortunato. O comitê de campanha é encontrado pela jornalista Clara Vidal na casa em que aporta para sua reportagem, no Bairro Tanque, comandado pela milícia. Este episódio é meramente ficcional, mas sabe-se que, em áreas de milícia, os chefes dos grupos paramilitares têm o crivo de quais candidatos fazem campanha, claro, mediante pagamento.

### **3.3. Uma Polícia diretamente ligada ao crime**

Durante os anos que sucederam “Tropa de Elite 2”, os crimes cometidos por milícias ganharam um espaço consideravelmente maior nos veículos que fazem cobertura diária de segurança pública no Rio de Janeiro. Entre prisões de traficantes, policiais, políticos, militares, bombeiros e ex-agentes do Estado, os grupos paramilitares que dominam favelas na capital fluminense modificaram suas ações.

Politicamente, as milícias não voltaram a lançar seus líderes em eleições para cargos estratégicos, como a Câmara de Vereadores e a Assembleia Legislativa estadual. Mas apesar de muitos destes líderes estarem presos, pelos mais diversos crimes, enganase quem pensa que os grupos não possuem mais capital político ou estratégia eleitoral. Se em 2014 - primeira eleição a nível nacional após o filme – os candidatos apoiados por milícias foram muitos e não obtiveram sucesso, a partir de 2016, os milicianos passaram a tornar não só o voto um produto, mas os moradores como “demanda política”. Não bastasse cobrar os moradores pelos serviços na comunidade, os milicianos decidiram explorar comercialmente a eleição de 2016. Os criminosos criaram uma “taxa eleitoral” para autorizar campanhas em suas áreas. Com domínio em quase toda Zona Oeste da cidade, a mais populosa, o crime organizado cobrava de R\$ 15 mil a R\$ 120 mil pela exposição de candidatos, dependendo da localização.

Além disso, de acordo com reportagem d'*O Globo*, em alguns casos, os milicianos cobravam também cargos comissionados para seus parentes em caso de vitória eleitoral. Assim, a milícia busca se representar de maneira camuflada, fazendo *lobby*, como velhos



políticos.<sup>20</sup> Em entrevista à *Carta Capital*, o deputado estadual Marcelo Freixo, que presidiu a CPI das Milícias, como já assinalamos, explicou a mudança de tática, salientando que o projeto de poder da milícia continua.

(A milícia) É uma organização criminosa que mistura o seu poder territorial com o seu poder eleitoral, coisa que o tráfico nunca conseguiu no Rio de Janeiro. Basta entrar nas áreas de milícia que você verá cadastros de eleitores organizados por ela própria. O tráfico não tinha isso e nunca conseguiu eleger ninguém. Os próprios chefes da ‘Liga da Justiça’ foram os candidatos, e isso teve um preço muito alto pelo grande nível de exposição. Eles cansaram de fazer a festa para os outros e resolveram frequentar o palácio, mas acabaram presos. Nesta eleição, vejo que eles voltam a uma tática anterior de apoiar candidatos para que seus negócios fiquem mantidos. Assim, acabam se expondo menos. Isso não significa, no entanto, que dentro de qualquer comunidade eles não decidam quem pode ou não fazer campanha. Ainda existe esse controle dos territórios. A sua lógica não é de guerra, mas do controle do poder econômico e de outras atividades. A ação de enfrentamento à milícia deve ser feita pela inteligência da polícia e pelo sufocamento econômico desses grupos, o que nunca foi feito.<sup>21</sup>

É justamente o projeto rebuscado de poder baseado não só no poder econômico, mas no poder eleitoral e político que diferencia o narcotráfico das milícias. Se seus três elementos básicos são os mesmos – controle territorial, coerção e obtenção de lucros – o discurso de legitimação e a participação direta dos agentes públicos são as características mais marcantes destes grupos paramilitares. O “comando azul”, apelido dado por policiais às milícias, virou o maior problema de segurança pública do Rio de Janeiro.

Tal discurso de legitimação, inclusive, é o ponto central da milícia, que a princípio se apresenta como uma proteção ao crime organizado, para não ser identificado como mais um destes grupos criminosos. O tráfico, por sua vez, nunca precisou de um discurso, se garantindo apenas na violência. A dominação das facções e a violência abriram espaço para que o cidadão veja a milícia como alternativa – as vezes, a única em sua realidade – à ineficiência do Estado, o que por si só já aumenta o seu perigo e proporção. O miliciano não esconde ser um agente público, mesmo sabendo que evidentemente acaba por ultrapassar a linha e ficar à margem da legalidade. É isto que o legitima e faz a população confiar em sua eficiência, em um paradoxo, já que são os próprios agentes que causam a ineficiência por problemas como a corrupção, por exemplo. Enquanto o policial corrupto

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/milicias-do-rio-cobram-ate-120-mil-para-que-candidatos-facam-campanha-20191488> Acesso 05/08/2017

<sup>21</sup> Marcelo Freixo. Entrevista. Revista. Carta Capital. 30/09/2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-poder-da-milicia-nas-eleicoes-do-rio-de-janeiro-1597.html> Acesso em 05/08/2017

que recebe propina do tráfico tenta ser discreto para não ser identificado, o miliciano faz questão de dizer que é um agente do Estado, como disposto no Relatório Final da CPI das Milícias da ALERJ, de 2008.

Essa publicidade do seu papel público cumpre várias funções: a primeira serve como alavanca na tentativa de legitimação das milícias, opostas à criminalidade - o miliciano tenta representar o Estado dentro das favelas. Em segundo lugar, se o miliciano é um policial, é também um profissional da segurança pública e pagar um miliciano seria o equivalente a contratar um profissional com competência técnica. Em terceiro lugar, como os milicianos são policiais, se houver uma tentativa de retomada do tráfico eles podem solicitar ajuda da polícia – isso fortalece a sua posição na comunidade. Em quarto lugar, a possível resistência dos moradores fica ainda mais limitada, já que os praticantes da extorsão são membros do Estado. A quinta – vantagem de divulgar a condição de policiais é a inexistência de confrontos com a polícia. Se na guerra entre a polícia e o poder paralelo os policiais assumem o poder paralelo, a guerra acaba como num passe de mágica e a insegurança provocada pelas incursões policiais deve ter um fim.<sup>22</sup>

O que pouca gente envolvida havia se dado conta até a CPI das Milícias e em maior escala até o lançamento de “Tropa de Elite 2” é que, na prática, a milícia expande seus horizontes para a política para aumentar os seus lucros a partir da taxaço de um serviço que, como abordado anteriormente, é paradoxal: proteger a comunidade deles mesmos.

A novidade está apenas na ampliação dos negócios com a “venda” de produtos e serviços, por meio de extorsões apresentadas como proteção contra assaltos, que marcaram também o início da máfia italiana no século XIX e, posteriormente, das máfias estadunidenses. São os novos milionários da tragédia da segurança pública no Rio de Janeiro. São os subversores da disciplina e hierarquia militares, usadas como argumentos para justificar a permanência da estrutura militar na força policial brasileira. (ZALUAR & CONCEIÇÃO, 2007, p.91)

Ainda de acordo com o Relatório Final da CPI das Milícias na ALERJ, a visão do sociólogo Luiz Eduardo Soares, um dos autores de “A Elite da Tropa”, livro que originou o filme “Tropa de Elite”, em seu depoimento, foi de que as milícias tiveram origem na falta de recursos do Estado para a segurança pública. Explica-se: se houvesse repressão ao “segundo emprego” de agente que trabalha com a segurança privada informal e ilegal, o Estado se veria sufocado com as demandas salariais dos policiais – que notadamente recebem uma remuneração muito baixa – e teria impacto econômico gigante sobre o orçamento público.

---

<sup>22</sup> Disponível em: [http://www.nepp-dh.ufri.br/relatorio\\_milicia.pdf](http://www.nepp-dh.ufri.br/relatorio_milicia.pdf) Acesso em 10/11/2017

Por estes e outros vários motivos já abordados, a milícia se tornou uma realidade no Rio de Janeiro. A CPI apenas expôs enquanto principal problema de segurança pública do estado. A atuação dos grupos na política mudou de estratégia, mas não acabou. A negligência do poder público é notória, visto que as iniciativas estatais no combate ao crime não atingiram em cheio às milícias. Durante os últimos megaeventos sediados na capital fluminense, houve uma larga escala de operações do BOPE em parceria com as Forças Armadas em favelas dominadas pelo Comando Vermelho e nenhuma em áreas de milicianos. Tampouco houve uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) sequer nas mesmas áreas, em contraposição a favelas controladas pelas três maiores facções de tráfico de drogas: o CV, o Terceiro Comando Puro (TCP) e os Amigos dos Amigos (ADA). Ao mesmo tempo em que foram realizadas essas megaoperações, apoiadas pelo Governo Federal, cresceram também o número de grupos milicianos no Rio de Janeiro. As milícias costumam se aproveitar de operações policiais de combate ao tráfico para ocupar comunidades, em episódios como o abordado em “Tropa de Elite 2”, na tomada do Bairro Tanque pelo grupo de Rocha.

Recentemente, a atuação das milícias voltou às manchetes a partir de uma polêmica declaração do ministro da Justiça do governo Temer, Torquato Jardim. Em entrevista ao blog do jornalista Josias de Souza no portal *UOL*<sup>23</sup>, Jardim relacionou a morte do tenente-coronel da PM Luiz Gustavo Teixeira à questão das milícias e do envolvimento do poder público com o crime organizado no Rio de Janeiro.

Para Jardim, a Polícia Militar não é comandada pelo governador Luiz Fernando Pezão, e muito menos pelo secretário de Segurança do Estado, Roberto Sá, mas sim de "acerto com deputado estadual e o crime organizado". Sem se aprofundar nas questões das milícias, entretanto, Jardim abriu uma polêmica revisitando o tema, ao passo que declarou que "os comandantes de batalhão são sócios do crime organizado no Rio de Janeiro", e "o que está acontecendo hoje é que a milícia está tomando conta do narcotráfico". O raciocínio de Jardim é o de que o coronel Teixeira, que comandava o 3º Batalhão da PM, no bairro do Méier, foi executado, e que o poder paralelo no estado "passou a ser uma operação horizontal, muito mais difícil de controlar" com o aumento do poder de políticos no crime.

A cobertura jornalística destes acontecimentos por parte da imprensa carioca em nenhum momento toca na possibilidade de milicianos ou algum grupo que não o tráfico

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2017/10/31/comando-da-pm-no-rio-e-acertado-com-deputado-estadual-e-crime-diz-ministro/> Acesso em 18/11/2017

de drogas terem participado da morte de Teixeira. O “crime organizado” é responsabilizado, já que se tratava de uma localidade comumente dominada por traficantes, o bairro do Lins de Vasconcellos, hoje muito mais conhecido pelo Complexo de Favelas do Lins do que pelas ruas arborizadas ou pelo seu aspecto residencial. Cercado por montanhas, quase todas favelizadas, o Méier e suas cercanias, antes valorizadas e reconhecidas como bairros nobres da Zona Norte, convivem diariamente com disputas entre policiais e traficantes.

Existe uma “opinião pública” em editoriais de jornais de grande circulação que defende mais policiamento e armamento nas favelas para a segurança na cidade, o que possibilita a manutenção de um plano falido de segurança pública como se mostra, a cada dia, a “guerra ao tráfico”. Quando toda solução para problemas da favela se dá através da polícia, a realidade é distorcida, os moradores são criminalizados e a vida na comunidade é militarizada. A sociedade, hoje completamente midiaticizada, “virtualiza” as relações humanas, caracterizando o *bios* midiático, conceito desenvolvido por Muniz Sodré (2002). A obra do autor serve para a análise crítica da cobertura do assassinato do coronel Teixeira, e mais ainda para a entrevista do ministro. Em *Antropológica do Espelho*, Muniz Sodré, explicita um novo regime de visibilidade pública não antes vista, que se configura como tipo de controle dessa “opinião pública”, além de administrado e legitimado por institutos de pesquisas. De acordo com Sodré (2010), “há um controle estatístico” dos cidadãos pelas pesquisas de opinião, o que orienta e fragiliza o *ethos*, convertendo-o em opinião política e regulando, dentre outras coisas, a liberdade. Ainda para o autor, a midiaticização, que, fundada em uma orientação kantista dos fatos “é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional (...) a que poderíamos chamar de “tecnointeração” (SODRÉ, 2010, p. 21), é ingrediente de uma estrutura de poder da qual a comunicação faz parte. É assim que a questão política ganha a dimensão da narrativa ampliada pelos meios de comunicação.

A espetacularização é, na prática, a vida transformada em sensação, em entretenimento, com uma economia poderosa voltada para a produção e consumo de filmes, programas televisivos (...). O fenômeno estético torna-se insumo para a estimulação da vida, doravante dirigida para a indústria e o mercado. É (...) um *ethos* da estética, ou seja, de uma inteligibilidade do sensível capaz de levar a uma ‘ética’ ou uma arquitetura social de valores. (SODRÉ, 2006, p. 116)

Revisitando Foucault, podemos salientar que “as formas de dominação são múltiplas e cotidianas”, e a imprensa tem o poder de reforçar um modo de vida calcado nessa vigilância, na punição e na disciplina. O panóptico revela que existem estes modelos

de vigilância permanente, porque somos vistos sem ver e sem saber pela torre central, regida sob o olhar para punir e controlar. Para Sodré (2002), “a mídia é o panóptico invertido”, uma releitura da teoria foucaultiana, onde quem olha é controlado.

É essa busca social de um sentido para a atuação do Estado e da Segurança Pública, no escopo de suas atribuições que justifica a militarização das favelas e, conseqüentemente, a militarização das vidas dos moradores de comunidade, através do discurso midiático. Parte-se do "fato bruto", isto é, das qualidades ainda indiferenciadas de uma ocorrência, para transformá-lo em "acontecimento" por meio da interpretação em que implica a "notícia", esse microrrelato que, desdobrado ou ampliado, nos dará possibilidade de acesso argumentativo ao "fato social". Um modelo mais esquemático dessa gênese: à emergência da ocorrência ou fato bruto, segue-se a busca social de sentido para ela, e, finalmente, a sua neutralização explicativa pela narrativa do acontecimento. A narrativa noticiosa restaura uma falha e confirma a previsibilidade da ordem por meio da inscrição do ocorrido na causalidade do fato social. (SODRÉ, 2009, p. 71)

Nesse *ethos* midiaticizado, a imprensa controla pela sua opinião – baseada em seus próprios interesses – os discursos reverberados pelo corpo social. Por isso, não há uma pressão para uma investigação do caso que abrangesse as milícias. A Polícia Militar anunciou que iria realizar operação no Complexo do Lins para “caçar” culpados. Um homem foi preso. Essa postura que rendeu críticas de Torquato Jardim, que pensa diferente: “ninguém me convence que esse coronel que não foi executado por acerto de contas”.

#### 4. DO FILME ÀS URNAS: UM ESTADO POLARIZADO

Em um resultado direto ou indireto do filme, o Rio de Janeiro assistiu a uma polarização política nas eleições que sucederam “Tropa de Elite 2” – o filme foi lançado após a eleição de 2010. Com uma forte abordagem de personagens políticos, (re)conhecidos ou não pelos espectadores, “Tropa de Elite 2”, como já abordamos, visa aprofundar o debate da Segurança Pública enquanto resultado de diversas políticas e retirando a polícia – apesar de seu enredo se desenrolar sob a ótica de um policial – do papel de vilã única das mazelas da sociedade.

A evidenciação da corrupção nas esferas políticas assume o domínio da teia narrativa. Nesse panorama e com o enfraquecimento da vertente que dominara a política estadual entre as décadas de 1980 e 2000, o “brizolismo”, reintroduz uma grande divisão entre os polos opostos do espectro político. A dicotomia entre esquerda e direita nas eleições posteriores aparece de maneira latente para cargos no Legislativo, com o “centrão”, na figura de seu mais fisiológico partido, o PMDB, deixando os “bastidores” e assumindo as rédeas do poder executivo.

É após “Tropa de Elite 2” que Marcelo Freixo, retratado no deputado Diogo Fraga, assume o papel de grande protagonista da esquerda fluminense. O Freixo de 2010, muitíssimo ligado às questões de Segurança Pública e à CPI das Milícias, se transforma na grande esperança progressista no estado e se mostra alinhado a outras questões do Rio de Janeiro, como a máfia dos transportes, os problemas da educação e até outras agendas nacionais. Em partido ainda jovem, o PSOL, uma dissidência do PT, que nunca lograra de grandes quadros no estado, e após votação expressiva nas eleições nacionais de 2014, o político alcança um histórico segundo turno nas eleições municipais de 2016, deixando o candidato Pedro Paulo, do PMDB, fora da disputa.

Se reacende a esquerda no Rio, surge dos filmes “Tropa de Elite” também um recrudescimento de discursos conservadores, com votações expressivas de candidatos notoriamente fascistas em votações para o Legislativo, representados pela família Bolsonaro, de maneira mais profunda no patriarca Jair, um deputado federal de atuação pífia que vira fenômeno nas redes sociais e se lança candidato à Presidência da República para as 2018, eleições marcadas pelos desdobramentos da maior operação anticorrupção da história do país, a Lava-Jato, e pelo golpe de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e seu vice-presidente, o impopular Michel Temer, assumindo a Presidência.

#### 4.1. A negação do Estado e o “brizolismo” sem bons herdeiros

É inegável a existência de um imaginário social, articulado principalmente pelos meios de comunicação tradicionais, que identifica a favela como um lugar de extrema violência, miséria e banditismo. Esses estereótipos, enfatizados pelo Estado, fazem com que os moradores de comunidades, que já sofrem com a precariedade dos serviços, a ausência dos agentes do governo e uma forte repressão pela polícia e até das Forças Armadas, como se banalizou no Rio de Janeiro, passem a negar totalmente o Estado, descrentes na possibilidade das políticas de Segurança Pública – e até dos serviços públicos em geral.

A negação do Estado é, também, um processo que perdura ao longo dos anos. Traçando uma linha do tempo destas políticas públicas de segurança, com um recorte iniciado em Leonel Brizola, o primeiro governador eleito após a ditadura militar, até os dias atuais, é possível acompanhar diferentes tentativas de estratégias na “guerra ao tráfico de drogas” implementados pelo Governo do Estado no Rio de Janeiro.

Brizola se candidata em 1982 à sucessão de Chagas Freitas, cunhado sob uma alternativa "verdadeiramente democrática ao povo fluminense". Eleito, retomou suas diretrizes do passado: educação e atenção às reivindicações das classes trabalhadoras. Dentre várias realizações, implantou os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), uma revolução na educação até então, com currículo integral, atividades culturais, educação física, atendimento médico e odontológico. O investimento na educação era também uma estratégia para a segurança pública, em ciclo virtuoso, a longo prazo: mais crianças na escola, maior formação acadêmica, mais oportunidades a todos, menos disparidade de classes, menor o abismo social, menos violência e marginalidade.

Calcado nos direitos humanos e na tática de não enfrentamento ao tráfico de drogas, o político recebeu severas críticas da "opinião pública". No senso comum, a defesa dos direitos básicos dos cidadãos das favelas, algo que nunca existiu no Brasil e muito menos no Rio de Janeiro - até os dias atuais -, foi posta como a causa do aumento da criminalidade durante os anos 1980. Vieram de Moreira Franco, governador no ciclo seguinte, as mais duras críticas pelo crescimento de facções criminosas ligadas ao tráfico, como o Comando Vermelho, que, como já abordamos anteriormente, nasceu e se difundiu antes mesmo da volta de Brizola do exílio.

Por tratar-se de um período onde se tratou a favela por uma perspectiva ímpar, reprimindo a violência policial e com uma série de projetos sociais de verdade nas

comunidades, é importante pontuar que o olhar da "opinião pública" à sua gestão sempre foi baseado no conflito ideológico do político com o dos conservadores e do empresariado, fortemente presentes nos grandes veículos de imprensa. Além disso, é Brizola o grande político do Rio de Janeiro após o golpe de 1964, e são alguns de seus "herdeiros", em teoria, a responsabilidade por mudanças na Segurança Pública que chegam ao cenário dos dias atuais, onde, para além do tráfico, a milícia se torna um problema bem maior, como abordado em "Tropa de Elite 2".

Nos primeiros anos da década de 1980, as políticas estatais nas favelas eram como nos dias atuais: muita polícia e clientelismo governamental. As excursões policiais, sob o comando da ditadura militar, eram violentas, e não é exagero dizer que o Estado era visto como o inimigo da população pobre, principalmente representado pela polícia, seja ela civil ou militar. Para Brizola, a violência policial era um problema. O novo governador queria o fim da segurança violenta, da afirmação da polícia como órgão repressor. As questões sociais e educacionais eram a base do governo brizolista, que considerava a Segurança Pública secundária, porque via nela a representação dos interesses das classes média e altas, preocupadas com a manutenção da ordem burguesa, de seus bens e de seu *status quo*, não podendo, portanto, ser a prioridade de uma gestão popular.

Sob esta perspectiva, Brizola modificou o tratamento às favelas. O governador do PDT implantou uma política de descriminalização dos moradores de comunidades, fazendo com que essas localidades, comumente vistas como locais de violentas ações policiais, virassem o cerne de ações sociais paralelas a uma nova forma de se enxergar a segurança pública. A exclusão deu lugar a tentativa de incorporação à cidade, algo que, como observamos anteriormente, andou na contramão das políticas que se iniciaram ainda na República Oligárquica. Muitas medidas foram tomadas para coibir práticas ilícitas e abuso de poder por parte dos policiais dentro das favelas, o que gerou insatisfação nas corporações. O governo, por exemplo, proibiu a polícia de invadir domicílios, fazer prisões sem averiguação, ordem ou autorização judicial.

O envolvimento da Polícia e outros agentes do Estado com o jogo do bicho e o tráfico de drogas já existia, e aumentou exponencialmente à medida que o país vivia graves problemas econômicos graças à hiperinflação. Brizola chegou a ser acusado de ter facilitado o tráfico e contribuído para o seu desenvolvimento, algo insustentável pelas razões sociais que já abordamos neste trabalho e nunca comprovado por seus adversários.

Paralelo a esse processo, há um aumento na preocupação com o tráfico de drogas, que só passa a existir quando os usuários de maconha mudam de perfil: "deixam de ser



favelados (...) e passam a ser os jovens de classe média" (MISSE, 1999, p. 314). Datam do fim da década de 1970, portanto antes de Brizola, os primeiros confrontos armados por territórios dominados pelo tráfico de drogas. Ao mesmo tempo, a queda no preço da cocaína pela produção em massa em países pobres da América Latina fez o tráfico de drogas se desenvolver internacionalmente de maneira rápida, e os lucros, muito maiores do que os da venda de maconha, passaram a atrair também os traficantes cariocas, que começaram a comercializar a droga na cidade. Além disso, com a polícia já corrupta, contrária ao governo e acostumada à violência, o cenário se tornou propício para fazer do Brasil uma rota de movimentação de drogas.

O crescimento do tráfico de drogas e as declarações sempre bombásticas do político contra seus adversários, como a Rede Globo, minaram seu poder em seu primeiro mandato. Brizola se tornou governador nas eleições de 1982, marcada por uma fraude na apuração dos votos, conhecida como o "Caso Proconsult", onde o sistema consistia em transferir votos nulos ou em branco para Moreira Franco, candidato do PDS (antigo ARENA, partido do regime militar). Se já era contrário às Organizações Globo, após o caso, que teria a participação de Roberto Marinho, notoriamente ligado à ditadura e aos partidos conservadores, enquanto governador, Brizola era fortemente atacado pelo conglomerado de comunicação, o mais forte do país, o que naturalmente o enfraqueceu. Por isso, nas eleições de 1986, seu candidato Darcy Ribeiro foi derrotado pelo peemedebista Moreira Franco, seu grande rival à época.

Ao assumir o governo sucedendo Brizola, Moreira Franco deu início a uma reformulação no Rio de Janeiro. Começou "construindo umas escolinhas", seguindo sugestão não atendida de Roberto Marinho à Brizola durante seu mandato, que ficaram conhecidas como "Moreirinhas", em contraponto aos grandiosos CIEPs, conhecidos como "brizolões", sucateados de propósito para enfraquecer, a longo prazo, o legado do pedetista. Além disso, descentralizou o ensino e municipalizou a educação, em manobra para desobrigar o governo a manter os CIEPs, considerados "caros" por Moreira Franco e demais opositores de Brizola.

Na pasta de Segurança Pública, o político do PMDB fez uma promessa típica da fisiologia que marca o partido, e evidentemente inalcançável: acabar com a criminalidade em seis meses. Para isso, o governador batia na tecla de fazer tudo diferente de seu antecessor. Se Brizola procurava diminuir a violência e a corrupção policial, Moreira Franco ignoraria as ações ilegais das corporações policiais e apoiaria - inclusive, publicamente - o uso da violência indiscriminada para vencer o "crime organizado".

Moreira Franco inaugurou o primeiro presídio de segurança máxima do Rio, Bangu 1, temido por criminosos, mas pequeno, com apenas 48 celas, que começou a receber os chefões do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Apesar da promessa, entretanto, todos os crimes ligados ao tráfico cresceram e Moreira declarou “que a cumplicidade com o crime organizado no Rio era muito mais profunda do que se supunha”, atribuindo a violência ao recrudescimento da crise social que assolava o país.<sup>24</sup> Os índices de violência no estado se mantiveram altos, com o ressurgimento do “esquadrão da morte”, uma espécie de milícia, e notícias diárias sobre chacinas. A guerra entre as facções pelo controle dos pontos de venda de drogas e o aumento de um crime nem tão comum à época, o sequestro, também foram amplamente divulgados pela imprensa. Com uma gestão impopular, Moreira Franco saiu de cena para a volta de Leonel Brizola, que manteve entre 1991 e 1994 preceitos e políticas estatais de segurança pública de seu primeiro mandato.

Após o “brizolismo” diretamente no poder, dois períodos ficaram bastante marcados pela desilusão dos moradores de favela com o poder público, justamente com dois “herdeiros políticos” de Leonel Brizola atuando como governadores. O maior erro do político, o mais popular do Rio entre 1980 e 2000, entretanto, foi não conseguir “trabalhar” estes “herdeiros políticos” para a continuação de seu legado, que Brizola tratava como o “trabalhismo”, herança de Getúlio Vargas. Não foi por falta de tentativa: no PDT, o ex-governador do Rio teve muitos seguidores, como Marcello Alencar, César Maia, Anthony Garotinho, Jorge Roberto Silveira e Carlos Lupi. De todos estes, apenas Silveira, restrito à atuação em Niterói e o controverso Lupi estiveram ao seu lado até o fim de sua carreira política, que se deu após tentativas frustradas à Prefeitura, em 2000 e ao Senado, em 2002.

Dois períodos, em especial, marcaram forte desilusão dos moradores de favelas com o Estado, personificado no governo estadual, nas políticas de Segurança Pública, e, porque não, na Polícia Militar. O primeiro, no governo Marcello Alencar, de 1995 a 1999, e o segundo, da família Garotinho, de 1998 a 2006.

O governo Alencar é o ponto de partida para a naturalização de táticas militares nas favelas cariocas. O político, que rompera com Brizola antes do pleito anterior, foi eleito governador em 1994 pelo PSDB, enquanto prefeito do Rio de Janeiro, vencendo o candidato de seu ex-partido, o PDT, Anthony Garotinho, prefeito de Campos dos Goytacazes, no segundo turno. Depois da ruptura com a esquerda, Alencar deixou claro

---

<sup>24</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/wellington-moreira-franco-1> Acesso em 20/11/2017

no dia em que assumiu a administração do estado que sua vitória "consolidava o fim do brizolismo" no Rio. O tucano montou seu governo com ênfase à Segurança Pública, ressuscitando a secretaria, extinta por Brizola em 1983, e tentando estabelecer parcerias com o Exército, tendo como exemplo a “bem-sucedida” operação militar para o ECO-92, encontro entre importantes chefes de estado na capital fluminense.

Seu primeiro secretário estadual foi o general Euclimar Lima da Silva, justamente o responsável pela ocupação de áreas violentas da cidade pelo Exército em 1992. Mas ao contrário do esperado, os índices de violência aumentaram, por consequência da repressão violenta aos criminosos, e Euclimar se demitiu. Em seu lugar, assumiu o general Nilton Cerqueira, o criador da “recompensa faroeste”, quando policiais eram promovidos por “atos de bravura” no combate ao crime. Foi nesta época que aumentou o número de homicídios envolvendo profissionais da segurança, e houve a primeira aparição dos “autos de resistência”, mecanismo que impede a possibilidade de investigação da responsabilidade de policiais nas ações.

Em sua tese de doutorado, Renata Souza (2017), inicia um raciocínio sobre o tema citando a gestão de Alencar: “O período no qual mais se combateu os bandidos das favelas foi quando assumiu o general Cerqueira, no governo Marcello Alencar. Naquela época, nós tínhamos um comando, uma ordem” (SOUZA, 2017, p.119). Além da já citada gratificação em dinheiro pelo número de bandidos mortos em ações policiais, o secretário também promovia policiais por "bravura", o que fez com que o número de mortes disparasse e preocupe às entidades de Direitos Humanos. A gestão, marcada pela privatização de 14 empresas estaduais, não foi popular, e Alencar decidiu não se lançar à reeleição, apoiando o vice-governador Luís Paulo à sua sucessão. Seu candidato, entretanto, sequer foi ao segundo turno.

Nas eleições de 1998, o “brizolismo” esteve de volta ao poder: Anthony Garotinho, prefeito de Campos e então no PDT, parecia modificar drasticamente o modelo de governo. Garotinho era uma aposta de Brizola em um reduto reconhecidamente peemedebista, o norte fluminense. O radialista, prefeito de Campos dos Goytacazes por oito anos, sempre se utilizou da figura do líder do PDT, seu partido, para chegar ao Governo do Estado. Sua vitória, no segundo turno, sobre outro "filho pródigo" de Brizola na política, o então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, mostrou novamente a força do "brizolismo" no cenário fluminense.

Seu programa de Segurança Pública foi coordenado pelo sociólogo Luiz Eduardo Soares – autor dos livros da série “A Elite da Tropa”, que originaram os filmes “Tropa de

Elite e “Tropa de Elite 2”, como já remarcamos. Soares tinha um plano de trabalho que previa a valorização dos profissionais com formação e aumento salarial e a modernização de delegacias, além da criação do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) - uma espécie de precursor das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) - que se estabeleceriam nas favelas tendo como principais objetivos o relacionamento contínuo com as comunidades, a mediação de conflitos e a valorização da vida. Mas se engana quem acredita que Garotinho logrou êxito na pasta: seu secretário não foi Soares, mas o general José Siqueira, que pensava a Segurança Pública exatamente como seu antecessor.

Apesar dos altos investimentos, Garotinho enfrentou inúmeras crises nesta pasta de seu governo, incluindo casos de corrupção. Soares foi demitido publicamente pelo governador, em entrevista ao vivo no RJ TV, da Rede Globo, após divergências dele com o coronel Josias Quental, que assumira recentemente como novo secretário. Este episódio foi retratado em partes em “Tropa de Elite 2” quando Roberto Nascimento, então subsecretário de segurança, tem sua demissão anunciada por Formoso, chefe da Polícia Militar, após um grampo ilegal no deputado Diogo Fraga.

Após isso, a Segurança Pública Rio de Janeiro voltou às práticas do governo Alencar, já que o plano político de Garotinho era chegar à presidência do Brasil nas eleições de 2002, e isto passava por uma forte repressão ao tráfico de drogas, à época visto como o grande problema de segurança não só do estado como do país. Ainda assim, Anthony elegeu sua esposa, Rosinha Garotinho, à sua sucessão, que de fato foi gerida por ele mesmo. A eleição de Rosinha, até então sem carreira política, demonstrou a força do político no Rio, fincada também sob políticas sociais de viés assistencialista. Nas comunidades, a descrença no Estado já era notória, com a imagem da polícia desgastada pelos erros em sequência nas políticas sociais e de segurança. A relação da favela com o casal Garotinho era “de amor e ódio”. O mandato de Rosinha fica lembrado pela degradação do Estado provocada por índices alarmantes de violência.

A popularidade do casal Garotinho nas favelas é contraditória, devido a seu rompimento com Leonel Brizola e sua política de segurança tradicional. O fato revela a valorização das políticas sociais assistencialistas por parte da maioria da população de favelas. Mais do que isso, expressa certo sentimento de desesperança de que a política de segurança estadual poderia ser realizada de outra forma. Depois de muitas tentativas, idas e voltas, as próprias lideranças de favelas já não tinham a mesma disposição para tratar do tema. Além disso, o domínio das associações de moradores por pessoas indicadas por traficantes ou milicianos fez com que essas organizações perdessem a capacidade de representar os interesses dos moradores das favelas diante do Estado (SILVA, 2015. p.121).

Com o “brizolismo” relegado a segundo plano e sem grandes figuras nos partidos mais fortes a nível nacional, o PSDB e o PT, o fisiológico PMDB, um partido de centro sempre situacionista em todas os rincões da política brasileiras, reaparece no vácuo de poder executivo do Rio de Janeiro com a atuação de novos personagens e com suas “raposas” nos bastidores. Apoiado pelo presidente Lula e pela família Garotinho, já no PMDB, Sérgio Cabral Filho é eleito governador no segundo turno das eleições de 2006, derrotando a juíza Denise Frossard – conhecida por prender 14 contraventores do jogo do bicho em 1993 – com votação expressiva: 68% dos votos válidos.

Ao prometer erradicar o caveirão das operações policiais, Sérgio Cabral ganhou apoio maciço dos moradores de comunidade, que ajudaram bastante em sua eleição, já que venceu com boa vantagem em praticamente todas as áreas mais violentas da cidade. Cabral, no entanto, não cumpriu a promessa. O principal marketing político de sua campanha não demorou, inclusive, a se contradizer, já que ainda em 2008, o governador não só comprou nove veículos blindados, como um "caveirão aéreo", um helicóptero blindado, que começou a ser utilizado em outubro em operações da Secretaria de Segurança. A decisão, além de contrastar com a declaração de Cabral em 2006, de que o caveirão seria "um trauma para as comunidades" e que era "impossível fazer Segurança Pública" com ele, era também extremamente contraditória, em tese, à implantação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) nas favelas.

O grande plano estratégico de Cabral para a Segurança Pública era a implantação das UPPs, projeto que pretendia instituir polícias comunitárias “de aproximação” em favelas como forma de desarticular quadrilhas que controlavam estes territórios e com objetivo de oferecer uma suposta sensação de segurança, modelo inspirado na polícia comunitária de Medellín, na Colômbia, que sofrera por anos com um cartel de narcotraficantes chefiado por Pablo Escobar.

A primeira UPP foi instalada no Dona Marta, na Zona Sul. A adoção dessa estratégia comunitária de policiamento foi bem recebida, a priori, pela população do Rio, fazendo com que as unidades começassem a se espalhar. Nos primeiros dois anos do mandato de Cabral, 12 comunidades foram ocupadas pela Polícia Militar, como o Morro da Providência, a Cidade de Deus e principalmente, comunidades da Zona Sul e da Tijuca - localidades que concentram grande parte do poderio econômico da cidade. Em 28 de novembro de 2010, a UPP chegou ao seu auge, quando, em megaoperação conjunta com forças do governo federal, a Polícia Militar realizou a tomada dos complexos do Alemão e da Penha, reconhecidas, à época, como as localidades mais perigosas do Rio de Janeiro.

As ações da polícia, claro, foram midiaticizadas, transmitidas ao vivo pelas emissoras de TV, e as imagens rodaram o mundo. A cena mais famosa foi a fuga em massa de traficantes pelo topo da Vila Cruzeiro, em direção ao Complexo do Alemão, enquanto os atiradores de elite da PM disparavam contra eles. Desde o início, entretanto, a primeira unidade, do Dona Marta, foi questionada pelos moradores, após diversas denúncias de arbitrariedade policial. Apesar disso, até 2015, quando atingiu seu auge, o projeto foi amplamente elogiado pela "opinião pública". Para Souza (2017), "a UPP serve à estratégia de banimento dos pobres nos grandes centros, já que se insere em uma política de vigilância e controle das favelas".

Foi na gestão de Cabral e posteriormente na de seu vice, Pezão, após sua renúncia, que o Rio de Janeiro voltou a ver os índices de mortes por bala perdida<sup>25</sup> e de autos de resistência<sup>26</sup> aumentarem vertiginosamente. Pressionado e com a popularidade em viés vertiginoso de queda com as manifestações populares de 2013, motivadas por escândalos de corrupção de Cabral em obras para a Copa do Mundo de 2014, em investigação pelo Ministério Público, além de atrasos nos pagamentos de funcionários públicos como professores, policiais e bombeiros e o aumento das tarifas de ônibus, o governador viu representantes de movimentos sociais acamparem em frente ao seu prédio, no Leblon, até que em abril, alguns dias após a comprovação da participação de policiais da UPP da Rocinha, na tortura, assassinato e ocultação do cadáver do pedreiro Amarildo, Cabral renunciou ao seu cargo. Por fim, é importante salientar que dentro do plano de Segurança Pública de Cabral e de Pezão, apesar da CPI das Milícias e de declarações do secretário José Mariano Beltrame, o Rio de Janeiro não teve uma política efetiva de combate aos grupos paramilitares, apenas prisões, e o poder público não implantou nenhuma UPP em áreas comandadas por milicianos, nem na capital fluminense, nem na região metropolitana, nem no interior do estado.

É importante estabelecer uma linha de raciocínio que leve em consideração o domínio das milícias no Rio de Janeiro, porque o Estado e, conseqüentemente, a Segurança Pública, no escopo de suas atribuições, consideraram as milícias como um "mal menor" e até de autodefesa. Isso fez com que a máfia crescesse a partir da negligência e/ou da conivência do poder público, uma vez que o foco da política de segurança passa por uma suposta "guerra às drogas". (SOUZA, 2017, p. 125)

---

<sup>25</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/01/28/bala-perdida-ressurge-com-forca-e-faz-rio-reviver-temor-da-decada-de-90.htm> Acesso em 20/11/2017

<sup>26</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/alerj-aprova-cpi-para-investigar-autos-de-resistencia-17716917> Acesso em 20/11/2017

Se a segurança pública é negócio, a polícia e o próprio policial, em si, estão envolvidos como agentes de uma mudança de foco da questão, a partir de uma negação do Estado e sua eficiência como provedor de serviços públicos. A prioridade não é mais servir à sociedade, mas gerar lucros: do indivíduo ao coletivo, ainda que um não seja necessariamente consequência do outro. A perpetuação da informalidade nas relações econômicas é fomentada fortemente pelos agentes do monopólio - que deveria ser estatal - do uso da força. Após esse resgate histórico de causas e consequências, podemos afirmar que o processo de "privatização" do agente público é parte das privatizações do Estado. Por isso, a milícia é também o resultado da degradação do serviço público, desde sua imagem até a atuação, na área de segurança - bem como em outras esferas. Para se ter uma noção, o lucro mensal da maior milícia do Rio de Janeiro, a já citada Liga da Justiça, é de cerca de R\$ 2 milhões, valor inalcançável pelo Estado em termos de salários aos agentes que se corrompem e cruzam a linha entre o público e o privado. O dinheiro vem dos serviços controlados pelas milícias em suas comunidades, não só da "taxa de segurança". É do transporte alternativo, de acordo com o Ministério Público, que os milicianos auferem as maiores rentabilidades.

Os que compõem as milícias de ex-policiais sequer são paramilitares. São militares que abusam do monopólio da violência garantida pelo Estado, que lhes fornece treinamento e armas. São os que têm ou tiveram a função de garantir o cumprimento da lei, mas agem ao arrepio da lei, contra a lei, não só para fazer da segurança um negócio lucrativo, mas também para explorar, em muitos outros empreendimentos, os mais vulneráveis entre os trabalhadores urbanos, aqueles que não têm garantias legais na habitação, não têm acesso à Justiça e à informação, não têm protetores institucionais nas localidades onde vivem. (ZALUAR & CONCEIÇÃO, 2007, p. 94)

Esse "caminho" dos agentes do Estado é amplamente abordado em "Tropa de Elite 2", apesar de o filme mostrar a formação das milícias apenas em sua última escala. A favela de Rio das Pedras, que teve seu grande líder preso e posteriormente morto, é o exemplo perfeito, conforme abordamos anteriormente, e claramente serve de inspiração para Rio das Rochas, primeiro reduto da milícia no filme. Inicialmente, as Associações de Moradores nas áreas dominadas por milicianos deram os primeiros passos para a existência delas, se reunindo em prol da tal "autodefesa comunitária", impedindo a entrada de traficantes, assaltantes e ladrões nas comunidades. Depois, as Associações passaram a apoiar candidatos a cargos parlamentares para serem representados na política, e daí surgem figuras como Nadinho na administração pública. A partir disso, os líderes comunitários se veem com capital político e ao lado do monopólio da força, em

relação simbiótica com a Associação, para cobrar por outros serviços, gerando uma rede de políticos de fora das comunidades que se tornam parceiros dos grupos para angariar os votos dos moradores.

- (...) No Brasil, eleição é negócio. E o voto é a mercadoria mais valiosa da favela. Não demorou muito para o Guaracy, para o Fortunato e para o Gelino perceberem que a milícia aumentava a base eleitoral do governo. Quanto mais favelas a milícia dominava, mais votos eles tinham. (TROPA DE ELITE 2, 2010).<sup>27</sup>

Segundo Marcelo Burgos (2002), a favela de Rio das Pedras, “um oásis em meio à barbárie”, é um local onde as redes de solidariedade são muito fortes, dialogando com a cultura e política da cidade e do país. Burgos ainda ressalta "os vínculos interpessoais de troca e reciprocidade, colocando a Associação como a grande agenciadora de organização social, assim como também gestora de poder". O autor enfatiza isso para mostrar o novo tipo de clientelismo fomentado pelos sistemas de troca, que é a "*cellula mater*" da milícia.

Ao coordenar a ampliação da favela, a Associação de Moradores local impediu que os terrenos vazios do entorno fossem invadidos por grupos de outras áreas, ao mesmo tempo em que propiciou uma expansão da *cellula matter* da favela, assegurando a ocupação do território segundo uma lógica centrífuga, que permitiu maior reprodução de suas características socioculturais e favoreceu a construção de uma identidade territorial com base na condição nordestina. (BURGOS, 2002, p. 55)

Em Rio das Pedras, a associação manteve a mobilização dos moradores para outras frentes, buscando preservar o "estilo de vida" da comunidade em relação às demais favelas cariocas, subjugadas pelo tráfico e pela violência. A Associação manteve o discurso da luta contra um agente abstrato, exatamente como a Polícia Militar, em uma relação de mutualismo nas favelas. Antes a remoção dos moradores, e agora o tráfico de drogas. A retórica foi amplamente difundida na comunidade, que até hoje corrobora com esta opinião. A atuação da milícia, portanto, se dá do jeito que "Tropa de Elite 2" aborda: assistencialismo e coerção. As ameaças veladas e os atos explícitos de violência praticados por pessoas ligadas à milícia - ou por policiais militares da região, financiados por ela - para "manter a ordem", bem como a "ajuda" aos moradores com problemas de ordem médica ou financeira - por vezes travestida de agiotagem - se confundem com atos

---

<sup>27</sup> Coronel Nascimento. Tropa de Elite 2 – O inimigo agora é outro. Minuto: 54:00. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KP0cXykWBTY> (transcrito). Acesso em 05/11/2017



arbitrários, como o fechamento de centros de umbanda, prostíbulos e expulsão de membros da favela para manutenção do controle social e regulação do espaço.

O monopólio de que goza a associação de moradores de Rio das Pedras, posicionando-se como porta-voz exclusivo de cerca de quarenta mil moradores, não se explica apenas pela capacidade de angariar o interesse e a simpatia da comunidade, mas também por sua potencial capacidade coercitiva, que não dispensa o medo como custo do elemento estabilizador (...) que torna insuportavelmente alto a ação coletiva autônoma naquelas subáreas. (BURGOS, 2002, p.59)

Seguindo a ótica de Weber (1994), podemos dizer que o poder das milícias é tradicional, já que se a sua dominação sobre os moradores se dá pela fraqueza e desamparo do Estado.

A legitimidade de uma dominação deve naturalmente ser considerada apenas uma probabilidade, em grau relevante, ser reconhecida e praticamente tratada como tal. (...) A obediência de um indivíduo ou de grupos inteiros pode ser dissimulada por uma questão de oportunidade, exercida na prática por interesse material próprio ou aceita como inevitável por fraqueza e desamparo individuais. (WEBER, 2004, p. 140)

Ainda em Weber, podemos ver que as milícias exercem também poder carismático sobre a comunidade, uma vez que sua proteção é aceita "pela veneração de seu caráter heroico" e da confiança que os moradores têm em seu carisma.

Sobre a validade do carisma, decide o livre reconhecimento deste pelos dominados, consolidado em virtude de provas e oriundo da entrega à revelação, da veneração de heróis ou da confiança no líder. (...) Psicologicamente, esse "reconhecimento" é uma entrega crente e inteiramente pessoal nascida do entusiasmo ou da miséria e esperança. (WEBER, 2004, p. 159)

É desta linha de raciocínio que chegamos à conclusão que, a militarização da vida nas favelas, o *ethos* militarizado, acaba por corroborar com uma privatização informal dos agentes públicos de segurança, dado o terreno fértil de insatisfação da população com as políticas existentes e o vácuo de poder deixado pela ausência do Estado. A palavra grega *ethos* qualifica sociologicamente os costumes, valores, hábitos e a ética de um povo. Neste caso, vemos uma contaminação bélica que se impõe, principalmente, na vida das pessoas que moram em favelas.

#### 4.2. “Vai ser desse jeito!”: da CPI das Milícias ao segundo turno

De professor de História no sistema prisional em Niterói, cidade aonde nasceu, no bairro de classe média baixa do Fonseca, à atuação contra as milícias na ALERJ e ao segundo turno das eleições para a Prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, Marcelo Freixo se tornou o protagonista da esquerda na política fluminense. Ninguém esteve sob holofote maior desse lado do espectro como Freixo, e muito de seu capital político foi construído também a partir da visibilidade alcançada com o filme que é alvo de nossa análise.

É bem verdade que antes do lançamento de "Tropa de Elite 2", Marcelo Freixo já havia sido eleito deputado estadual por duas vezes - lembrando, mais uma vez, que o filme de 2010 foi lançado após o pleito nacional daquele ano - no Rio de Janeiro, condição que mantém até os dias atuais. As grandes vitórias de Freixo, entretanto, são as expressivas votações conquistadas em 2012, 2014 e 2016. Reconhecido pela população no personagem Diogo Fraga, criado pelo diretor José Padilha sob sua imagem e reflexo, o político niteroiense é a nova grande liderança da esquerda fluminense.

Sua luta na área dos direitos humanos lhe tornou consultor e assessor de seu padrinho na política Chico Alencar. Nos gabinetes de Chico e Alessandro Molon, Freixo amadureceu a ideia de migrar para o "front" da política. Já na legenda do PSOL, após deixar o PT, onde era filiado, Marcelo teve grande destaque ainda em seu primeiro mandato, quando presidiu a CPI das Milícias, elaborada por ele e engavetada pela ALERJ em 2007. Não fosse um bárbaro atentado à jornalistas de O Dia na Favela do Batan, em Realengo, sua história, certamente, seria outra.

Foi na CPI que a história de Marcelo Freixo chamou a atenção do sociólogo Luiz Fernando Soares e do cineasta José Padilha. O deputado virou inspiração não só para Fraga, mas para a elucidação de uma continuação do primeiro longa da série "Tropa de Elite", baseada também na continuação do primeiro livro "A Elite da Tropa". A ideia foi abordar de maneira menos truculenta e com mais ênfase na política o crônico problema da Segurança Pública, passando ao espectador que os vilões não usavam farda ou usavam drogas - pelo menos, não necessariamente.

Não é exagero dizer que Fraga foi produzido para ser um herói. "Tropa de Elite 2" tem sua fundamentação em narrativas da esquerda, e, para tanto, se sustenta em um deputado que luta pelos direitos humanos e para que o crime organizado não se mantenha em relação simbiótica com o poder público. Apesar do aviso de que "apesar de possíveis coincidências com a realidade, este filme é uma obra de ficção" antes mesmo do início

do longa-metragem, "Tropa de Elite 2" se baseia em uma história real: a linha do tempo do caos na Segurança Pública do Rio de Janeiro.

E como pensava José Padilha, Fraga saiu do filme como um herói, um *czar* antimilícias no Rio de Janeiro. E como Fraga é Freixo, coube ao político, na vida real, colher os frutos não só da excelente atuação do ator Irandhir Santos no papel, mas de sua própria boa atuação como parlamentar, no poço da fisiologia da política carioca, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que em seus mandatos já estava totalmente loteada pelo partido que dominou o estado e imprimiu o seu projeto de poder, o PMDB. O deputado estadual do PSOL saiu fortalecido não só pela publicização em massa de seus feitos, mas porque a população, para além de enxergar e reconhecer suas mazelas no filme, compreendeu, em um cenário de desilusão política, que Marcelo Freixo era diferente de seus pares.

Na primeira eleição após o filme, em 2012, o deputado estadual se lançou candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, em oposição à reeleição de Eduardo Paes, do PMDB. Apesar de ver Paes se reeleger ainda no primeiro turno, Marcelo Freixo saiu vencedor. Com quase 1 milhão de votos - uma grande marca em tempos de coligações gigantes por tempo de TV - e no segundo lugar, Freixo saiu do pleito como a grande esperança da esquerda carioca. Em alguns nichos, como os jovens, o psolista liderou com sobra aos outros candidatos, e levou milhares de pessoas aos comícios no Centro da cidade.

Do deputado estadual muito ligado à CPI das Milícias, "um marco histórico na Segurança Pública do Rio de Janeiro", a um político atuante na agenda nacional nas manifestações populares de 2013, Freixo se fortalecia a cada dia na era das redes sociais. Em seu segundo mandato, presidiu também a CPI do Tráfico de Armas e Munições no Rio, que propôs ações para aumentar o controle e fiscalização dos arsenais públicos e privados do estado, o que não saiu do papel até hoje. A consolidação veio nas eleições de 2014, quando foi o deputado estadual mais votado em todo o Brasil, com 350 mil votos, se reelegendo e ajudando, pelo coeficiente eleitoral, a aumentar a bancada de seu partido de três para cinco cadeiras na ALERJ.

Sua votação expressiva em 2014 o credenciou a voltar a disputar a Prefeitura do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2016. O resultado foi histórico. Sem o apoio da máquina pública e com apenas onze segundos de propaganda política na televisão, Freixo tirou o candidato do PMDB e de Eduardo Paes à sua sucessão, Pedro Paulo, do

segundo turno. Foi a primeira vez desde 1988 que o candidato peemedebista ou apoiado pelo partido não passou do primeiro turno.

O crescimento de Marcelo Freixo no Rio de Janeiro não é resultado apenas de ter sido retratado em “Tropa de Elite 2”. A partir da já citada negação do Estado e dos políticos situacionistas de maneira latente, com o projeto de poder e de cidade falho do PMDB sendo deflagrado por diversas acusações – hoje comprovadas – de corrupção e uma agenda que atendeu muito mais aos empresários e ao mercado financeiro do que à população, tornando o Rio muito mais um balcão de negócios do que um estado com qualidade de vida para os moradores, o espectro político se viu polarizado.

Na esquerda, com um vácuo também aberto após o declínio do brizolismo e a falta de projetos do PT fluminense, o PSOL apareceu como alternativa, e Freixo como o novo grande nome.

Acredito que ocupamos a lacuna deixada pelo PT fluminense quando este optou por se tornar governista, indo atrás de qualquer perspectiva eleitoral, como com (Anthony) Garotinho, com (Sérgio) Cabral e com o (Eduardo) Paes. O PT ficou muito tempo sem disputar uma eleição, sem apresentar um projeto de esquerda, e ele deixou um espaço. Se há um lado conservador no Rio, também há o transgressor. O Rio de Janeiro tem essa mistura. E esse lado mais inquieto da sociedade estava órfão. O PSOL amadureceu seus quadros, e ocupou espaços num momento importante das manifestações, de crise de representatividade. O PSOL captou essa inquietude e se organizou com os movimentos sociais.<sup>28</sup>

Já existe, inclusive, nos tempos atuais, um debate sobre o tamanho do político em relação ao seu próprio partido. Ao “desobedecer” às diretrizes da Executiva Nacional e Regional psolista, o deputado estadual muitas vezes se coloca à frente de seu grupo, como no voto declarado à Dilma Rousseff nas eleições de 2016, indo contra orientação do PSOL.

### **4.3. O recrudescimento do conservadorismo no Rio de Janeiro**

Se de um lado se intensificou a *persona* de Marcelo Freixo, por outro, a direita se mostrou cada vez mais conservadora e fiel aos mais reacionários discursos, com a ascensão meteórica de Jair Bolsonaro e seu clã. Candidatos com uma retórica forte e

---

<sup>28</sup> Marcelo Freixo. Entrevista. Site. Brasil 247. 09/10/2014. Disponível em <https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/156491/Marcelo-Freixo-e-a-reinven%C3%A7%C3%A3o-da-esquerda.htm> Acesso em 20/11/2017

anseios aproximados ao do fascismo também conquistaram grande número de votos nas eleições subsequentes a “Tropa de Elite 2”.

Esse recrudescimento do conservadorismo no Rio de Janeiro, vertente que sempre existiu e teve seus representantes, vem desde “Tropa de Elite”, filme que, como já citado, levantou diferentes interpretações sobre o discurso utilizado. A direita se mostrou cada vez mais conservadora e fiel aos mais reacionários discursos, postulados no primeiro longa-metragem da série com a forte repressão policial e abusos no combate ao crime com a ascensão meteórica de Jair Bolsonaro e seu clã. Candidatos com uma retórica firme e ideais aproximados ao do fascismo também conquistaram grande número de votos nas eleições subsequentes a “Tropa de Elite 2”.

Evidentemente o processo não se restringe apenas ao cinema, mas também à já citada negação do Estado. Como analisado pelo próprio Freixo, os constantes casos de corrupção deflagrados conjuminam para essa polarização, com muitos eleitores, curiosamente, votando em representantes dos dois díspares polos: “É a ideia de uma moralidade - nenhum dos dois rouba. Não estão preocupados em saber o que a gente faz, só com a ideia de que não roubamos. Não faz diferença sermos de direita ou de esquerda”, declarou, em entrevista ao *Brasil 247*.

As eleições de 2014, já após “Tropa de Elite 2”, escândalos de corrupção e sob a luz das redes sociais, a família Bolsonaro se estabeleceu como destaque entre os conservadores. O patriarca Jair atingiu votação recorde e se tornou o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro, enquanto seu filho mais velho, Flávio, foi o terceiro deputado estadual mais votado no estado. No mesmo pleito, a família conquistou mais uma vitória: puxado pela expressiva votação do também conservador Pastor Marco Feliciano, seu filho mais jovem, Eduardo Bolsonaro, foi eleito deputado federal por São Paulo. Em 2016, mais um sinal de consolidação: Flávio foi candidato à Prefeitura, mas sem o voto de todos os setores conservadores com o bispo Marcelo Crivella na disputa, ficou com a quarta colocação, mas teve expressivos 14% dos votos. Seu irmão, Carlos, foi o vereador mais votado do Rio, com quase 107 mil votos.

O fenômeno das redes sociais, inclusive, também exerce grande influência na polarização da atualidade política. Com uma atuação que começa na Câmara dos Vereadores em 1988, Jair Bolsonaro é o grande representante dos setores mais conservadores da sociedade. Ex-capitão do Exército, Bolsonaro se elege pela primeira vez para representar os militares. Com ideias nacionalistas, se elege deputado federal em 1990 e não sai mais do Congresso Nacional, com votações cada vez mais expressivas. O

eleitor conservador sempre existiu, e, na verdade, ajudou a eleger muitos políticos de centro ao longo dos anos, sem ter um personagem que angariasse essas opiniões, muitas vezes polêmicas, segregacionistas e preconceituosas, publicamente.

A bem da verdade, desde sua formação, a sociedade brasileira por si só sempre caminhou com tendências de direita. Desde a exploração dos indígenas e dos escravos para a produção de lucros aos empresários, o liberalismo lusitano nos deixou a herança da estratificação social, intensificado com a ascensão do capitalismo enquanto sistema vigente. Para Gilberto Freyre (1986, p. 220), a colonização aristocrática, patriarcal e escravocrata fundou uma civilização nos trópicos que, para Darcy Ribeiro (2006, p. 105), “resulta uma sociedade totalmente nova”, que foge aos moldes europeus de “civilização ocidental”, e traz “deformações de uma cultura espúria, que servia a uma sociedade subalterna”.

É preciso reconhecer que essa é, ainda hoje, a lei vigente no Brasil. É o fundamento sobre o qual se dispõe, por exceção, a dação de um pequeno território a um povo indígena, ou, também por exceção, a declaração episódica e temporária de que a gente de tal tribo não era escravizável. É o fundamento, ainda, do direito do latifundiário à terra que lhe foi uma vez outorgada, bem como o comando de todo o povo como uma mera força de trabalho, sem destino próprio, cuja função era servir ao senhorio. (RIBEIRO, 2006, p. 37)

De 1889 até os dias atuais, o Brasil teve poucos períodos democráticos. No século XIX, éramos um império liberal, e a barbárie escravista era naturalizada, principalmente pelas classes dirigentes. No século XX, viramos República sem levar em conta que a palavra se origina do latim "*res publica*", que significa "coisa pública", mas com um verdadeiro conluio oligárquico, que atrasou a formação política e socioeconômica. A herança colonial, marcada pelas práticas substanciais e materiais de patrimonialismo, personalismo e patriarcalismo são difíceis de serem negadas. Predominaram por aqui, para Holanda (1995), desde então, "sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica" e uma "invasão do público pelo privado e do Estado pela família”.

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural por unidade (...) Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais. Inclusive, como já insinuamos, a do mando político: o oligarquismo ou nepotismo. (...) Pela presença de um tão forte elemento podenrador como a família rural é que a colonização portuguesa do Brasil tomou desde cedo rumo e aspectos sociais tão diversos da teocrática. (FREYRE, 1933, p. 123-124)

Por isso, para a sociedade brasileira como um todo, o “pensar correto” ortodoxo, politicamente, é caminhar lado a lado com as diretrizes conservadoras de direita, sendo a esquerda sempre subversiva, como voltamos a ver, com o golpe de 1964 e a ditadura militar e, por que não, no golpe de 2016, quando, derrotada nas urnas, a direita se reuniu para retomar a hegemonia também no regime presidencialista.

Todos esses argumentos, somados a um Estado exposto como corrupto e uma classe política totalmente criminalizada por boa parte da sociedade, em uma retórica muito mais perigosa à esquerda que à direita e fortemente fomentada pela “opinião pública” por meio dos grandes veículos de comunicação, organiza uma reproduzida à exaustão por Bolsonaros, seguidores e aliados, como o próprio Flávio em seu discurso de candidatura à Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2016: "A nossa candidatura é de protesto contra tudo o que está aí. Somente uma pessoa independente, de fora do esquema corrupto da velha política é que terá liberdade de fazer verdadeiras mudanças".<sup>29</sup>

Os choques políticos entre esquerda e direita no Brasil, principalmente no Legislativo, se intensificaram nesta segunda década do século XXI. As agendas LGBT, de defesa das minorias e pautas polêmicas como a legalização da maconha e do aborto, o desarmamento, redução da maioria penal e os direitos humanos colocaram, também, os díspares polos em evidência. Aqui, destaca-se a resposta do conservadorismo, calcada principalmente na bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia), uma aliança entre o agronegócio ruralista, os militares e policiais e os neopentecostais. Não à toa, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) classificou o Congresso Nacional como o mais conservador desde 1964, ano em que o Brasil viveu um golpe militar.<sup>30</sup>

É neste hiato de soluções e proposições, com um corpo social desiludido, que uma retórica forte e baseada na truculência, seja ela policial, estatal ou pessoal, como a “agenda Bolsonaro”, se torna um real perigo à sociedade. Tal enredo não é desconhecido: foi assim com ascensão de Mussolini na Itália, Hitler na Alemanha e, porque não, Donald Trump nos Estados Unidos, em exemplo mais atual. Neste panorama, o fortalecido Jair Bolsonaro, já em campanha, oficializou sua pré-candidatura à Presidência da República em 2018.

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/07/23/psc-oficializa-candidatura-de-flavio-bolsonaro-a-prefeitura-do-rio.htm> Acesso em 20/11/2017

<sup>30</sup> Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528> Acesso 20/11/2017

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro minuto de "Tropa de Elite 2" enfatiza que "apesar de possíveis coincidências com a realidade, este filme é uma obra de ficção". Mas a bem da verdade esse discurso é apenas para evitar o confronto e possíveis implicações judiciais negativas ao longa-metragem, que, na prática, aborda com clareza detalhes da realidade das degeneradas relações entre o crime organizado e a política. Se chega para repassar uma mensagem que não foi bem compreendida pelos espectadores de "Tropa de Elite", a continuação muda bastante o enfoque: sai de cena o *ethos* militarizado, pautado na violência banalizada pelas operações policiais, e entra o *ethos* político, onde os inimigos verdadeiros do Estado aparecem dentro dele.

Partindo do pressuposto que a Segurança Pública é muito mais do que o gatilho apertado pelo policial em uma favela, "Tropa de Elite 2" insere novas figuras na história, que levantam um debate muito mais profundo não só sobre atrocidades cometidas pelo BOPE em incursões nas favelas, mas sobre a participação de outros agentes públicos que tomam essas decisões. Sob a ótica do filme, são os políticos - e seus interesses - os verdadeiros vilões de uma guerra que dizima cidadãos à margem da sociedade, os próprios policiais e muitos inocentes.

Não é novidade que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro não goza de grande prestígio junto à sociedade. Tampouco é exclusividade da instituição o olhar de descrença por parte da população. É do processo de negação dos agentes do Estado e da influência deles mesmos na construção de uma péssima imagem que nasce o principal problema da Segurança Pública nos dias atuais: a milícia.

Inúmeros processos históricos que nos levam de volta à redemocratização do Brasil após a ditadura militar possuem grande participação para a situação alcançar o nível caótico que se sustenta no Rio durante e após o lançamento do filme. Um Estado que historicamente muito pouco olhou para quem mais precisava dele é o grande culpado de uma narrativa que dia após dia se sustenta como realidade inerente ao sistema capitalista. Antes mesmo de pensarmos na corrupção policial, foco de "Tropa de Elite", desde a formação social do país pela miscigenação forçada pela ambição europeia, o caos vivido pela população fluminense foi se construindo aos poucos, e a desconstrução de um modelo ultrapassado parece uma hipótese tão distante que a descrença tomou conta das pessoas.



Em uma sociedade em que os resquícios de um autoritarismo arcaico que nos remete não só à ditadura como à República Oligárquica, os hábitos vão sendo mantidos ao longo dos anos. O Brasil é um país que teima em resolver tudo com violência, até mesmo ela, que em tese tenta combater. Nossa Polícia Militar convive com uma mentalidade de guerra, como se o nosso conflito interno tivesse um inimigo externo, tornado abstrato. Produzimos uma cultura de enfrentamento, demonstrada em uma simples brincadeira de infância: polícia x ladrão. Antagônicos, opostos e em combate. Na realidade, entretanto, a linha é mais tênue do que parece. Com as condições precárias de estrutura, remuneração e treinamento, o policial não percebe ser uma vítima de um discurso que tanto repercute. Os homens do Estado são treinados para matar, mas nunca morreram tanto. O tema da Segurança Pública é sensível à política, que tem muito mais a perder do que ganhar.

Tantos processos em paralelo se conjunam quando estas classes se relacionam num mutualismo espúrio. A milícia controla um rebanho de votos, o que faz a política se misturar e se apropriar dela. Nas entranhas de uma sociedade corrupta por herança e refém das próprias mazelas, uma polícia humana, desmilitarizada e realmente servil a todos não interessa aos principais líderes políticos do Rio de Janeiro. Destaca-se aqui que houve tentativas de inserção de uma maneira diferente de se pensar e executar a Segurança Pública com Leonel Brizola, em dois mandatos, mas não só o restante da classe política, como a própria polícia, sustentada no forte apoio midiático, se colocou de maneira contrária. Até o plano à longo prazo, colhendo os frutos de um projeto inovador de educação que atendesse verdadeiramente aos mais pobres foi claramente sabotado pelas classes dirigentes em conluio com os grandes veículos de mídia e os mais fisiológicos políticos brasileiro. O resultado se vê até os dias atuais, com o crescimento ininterrupto dos mais variados índices de violência.

Sem herdeiros ou vontade política para novas tentativas de modificar o panorama, o que se viu foi uma total deterioração das relações entre os agentes públicos e a população, a quem deveriam servir, culminando nas prisões de três governadores que se sucederam no comando do Rio de Janeiro: Anthony Garotinho, Rosinha Matheus e Sérgio Cabral Filho. Todos presos por crimes que envolvem esquemas complexos de corrupção. Na sequência cronológica, o próximo do efeito dominó seria Luiz Fernando Pezão, que já teve seu mandato cassado mas recorreu ao TSE. Pezão também está citado em diversas delações que deflagraram as acusações que levaram seus antecessores para a cadeia. E engana-se quem acredita que apenas esses líderes estão presos: os últimos dois

presidentes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Jorge Picciani e Paulo Melo - que se alternaram no cargo sucedendo o próprio Cabral - fazem companhia aos ilustres políticos no sistema prisional.

O que "Tropa de Elite 2" traz de mais importante ao espectador é a produção de novos debates e discursos dentro da sociedade. O reflexo disso é na (re)aparição de opiniões enraizadas na cultura brasileira, algumas até certo ponto reprimidas pela evolução nas reflexões dos indivíduos enquanto integrantes do corpo social. O ineditismo na abordagem da política como culpada por problemas que afetam o cotidiano de quase todos que assistiram ao filme vem a calhar em uma época de desencanto com a classe na ainda incipiente democracia brasileira.

Ao ser questionado sobre as declarações do ministro da Justiça Torquato Jardim ao *UOL*, o deputado estadual Marcelo Freixo foi taxativo: "A sensação que eu tive é de que o ministro assistiu ao filme (Tropa de Elite 2) na semana passada". De fato as "autoridades" brasileiras muito tem comentado sobre uma narrativa que "Tropa de Elite 2" já havia abordado de cabo a rabo: a relação espúria entre a política e o crime organizado, com suas nuances e possibilidades.

Em um 2017 marcado por desmembramentos da Operação Lava-Jato, que levou diversos caciques políticos do país para a prisão, Jardim não foi o único a atentar para o vínculo dos políticos com o crime organizado. Em entrevista ao jornal O Globo, Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), disse temer "pelo financiamento das eleições por organizações criminosas", admitindo o problema das milícias no Rio e a participação delas em campanhas eleitorais. Com o fim do sistema de financiamento empresarial, Mendes alertou que "a liberdade do eleitor está comprometida".

A ausência completa de um regime de políticas comunitárias pelo Estado resulta na barbárie pura e simples, como no sistema feudal. À margem da sociedade, o *status quo* dos moradores não muda e o isola à benesse de aproveitadores que podem evoluir a milícia, que já é um problema gravíssimo, para algo bem pior. A concupiscência entre o poder paralelo e o poder instituído não parece ter modificado nenhum centímetro desde a CPI que as deflagrou por completo. As trocas feitas pelas comunidades do Rio, do tráfico para a milícia urbana, pareceram, de início, uma revolução. Mas não se tratou sequer de evolução. Os moradores adquiriram certos direitos, especialmente relacionados à segurança pessoal. Mas o cumprimento das promessas, e a manutenção delas, segue dependendo de criminosos. A única coisa que separa o tráfico da milícia é o ato da venda

de drogas, que, a bem da verdade, só causa mal a quem compra e consome. Os crimes cometidos pelos grupos são basicamente os mesmos: homicídios, tráfico de armas, chantagem, extorsão, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal. O que há de pior nas milícias, no entanto, é a capacidade de misturar o poder territorial com o eleitoral, algo que o tráfico nunca foi capaz de fazer. Por isso a milícia é, ao mesmo tempo, difícil de combater e fácil de se espalhar. A longo prazo, o Rio de Janeiro e até o Brasil podem se tornar reféns de uma total dominação pelos criminosos, hoje já articulados à política. Como "Tropa de Elite 2" nos ensinou em seu encerramento, "o sistema é foda, parceiro."

No Rio, inclusive, o filme acelerou um processo de bipolarização política. De um lado, o herói da esquerda, a esperança capaz de desvendar a caixa preta das corrupções das classes dirigentes, representadas em uma política igualmente oligárquica, porque desigual, e fisiológica, porque corrupta e discriminatória. Do outro, um discurso dos mais retrógrados e que revela um conservadorismo engravado no peito de seus representantes. Tudo sob à luz das redes sociais, espécie de purgatório virtual e ringue das maiores disputas entre diferentes.

Enquanto isso, em narrativa que se repete tanto quanto a do filme, a sociedade prossegue em busca contínua por um messias capaz de salvar o Brasil da corrupção. O juiz Sérgio Moro, por tentativa própria e repercussão midiática, galgou seu posto de novo super-herói brasileiro. A negação da política pela sociedade evoluiu até um querer pela judicialização da República, e o escolhido da vez é um magistrado que condenou grande parte da esquerda em uma operação que mostra que o país, como um todo, se vê dividido.

A realidade do Rio de Janeiro, entretanto, é a mais preocupante. Após perder o trem das manifestações políticas de 2013 e acabar reelegendo os mesmos de sempre para seus cargos, a sociedade se vê ainda mais descrente com sua própria situação. Soma-se isso à realidade vivida pelos agentes de ambos os lados da guerra ao tráfico de drogas, uma verdadeira alegoria da caverna de Sócrates dos dias atuais: aprisionados na condição de escuridão da própria ignorância, mas ainda sem se libertar pela luz da verdade.

Resta ao povo se conscientizar de que a única maneira de evoluir é apostar no futuro, numa educação inclusiva, propositiva e sem mordanças, que faça com que as próximas gerações, munidas do conhecimento, superem a ignorância e vejam o mundo da maneira racional e sistemática que se apresenta. A violência é fruto da falta de educação. Enquanto olharmos uns aos outros, mesmo que diferentes, sob quaisquer condições de desigualdade, estaremos todos presos na mesma caverna, e a luz seguirá

distante. Relembrando Brizola, “devemos investir nas crianças, para que as novas gerações tenham, sobretudo, a coragem para fazer aquilo que não fizemos”.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, Ignácio. **No Sapatinho: A evolução das milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Fundação Henrich Böll, 2012.

CANO, Ignácio. **Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas "milícias" no Rio de Janeiro**. In. Justiça Global. Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933

LEMGRUBER, Julita. **A Dona das Chaves**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

LIMA, Willian da Silva. **Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho**. Petrópolis: Vozes, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

SILVA, Eliana Sousa. **Testemunhos da Maré**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato. Notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: Uma Teoria da Comunicação Linear e em Rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Vol. 1**. Brasília: Unb, 2004

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. **Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?**. São Paulo, São Paulo em Perspectiva, v. 21, n. 2 Fundação Seade, 2007.

SOUZA, Renata da Silva. **O Comum e a Rua: Resistência da juventude frente à militarização da vida na Maré**. Tese de doutorado defendida no PPGCOM/ECO/UFRJ. Orientadora. Raquel Paiva. Rio de Janeiro, 2017

SOARES, Lucas Altino. **Reinterpretações de Tropa de Elite: multiplicidade e mediações discursivas**. Rio de Janeiro, 2014.

## ENTREVISTAS

Rodrigo Pimentel. Entrevista. Folha de São Paulo. 22/10/2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/folhatee/fm2210200705.htm>

Eduardo Paes. Entrevista. RJ TV. Rede Globo. 15/09/2006. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-aco-es-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>

Nilton Claudino. Entrevista. “Minha dor não sai no jornal” In: Revista Piauí. Edição 59. Agosto de 2011. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/minha-dor-nao-sai-no-jornal/>

César Maia. Entrevista. Jornal O Globo. 09/12/2006. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/milicias-avancam-pelo-corredor-do-pan-2007-4541223>

José Padilha. Entrevista. Programa Roda Viva. TV. Cultura. 8/10/2007. Disponível em [http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/327/entrevistados/jose\\_padilha\\_2007.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/327/entrevistados/jose_padilha_2007.htm)

José Padilha. Entrevista. Site. Omelete. 22/03/2017. Disponível em: <https://omelete.uol.com.br/filmes/entrevista/tropa-de-elite-fugiu-do-estereotipo-marxista-do-cinema-nacional-diz-jose-padilha/>

Wagner Moura. Entrevista. OmeleTV #94. Site. Omelete. 20/09/2010. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=IqhRdNBwdEo>

Bráulio Mantovani. Entrevista. Revista. Veja. 29/09/2010. Disponível em:  
<http://veja.abril.com.br/entretenimento/roteirista-fala-das-diferencas-entre-tropa-de-elite-1-e-2/>

Marcelo Freixo. Entrevista. Revista Super Interessante. 8/10/2007. Disponível em  
<https://super.abril.com.br/comportamento/freixo-o-verdadeiro-fraga/>

Marcelo Freixo. Entrevista. Site. G1. 06/11/2014. Disponível em:  
<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/11/seis-anos-apos-cpi-deputado-diz-que-pouco-foi-feito-no-combate-milicias.html>

Marcelo Freixo. Entrevista. Revista. Carta Capital. 30/09/2014. Disponível em:  
<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-poder-da-milicia-nas-eleicoes-do-rio-de-janeiro-1597.html>

Marcelo Freixo. Entrevista. Site. Brasil 247. 09/10/2014. Disponível em:  
<https://www.brasil247.com/pt/247/favela247/156491/Marcelo-Freixo-e-a-reinven%C3%A7%C3%A3o-da-esquerda.htm>

Flávio Bolsonaro. Entrevista. Site. UOL. 23/07/2016. Disponível em:  
<https://eleicoes.uol.com.br/2016/noticias/2016/07/23/psc-oficializa-candidatura-de-flavio-bolsonaro-a-prefeitura-do-rio.htm>